ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO 2018-2022

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO 2019

ENED

FICHA TÉCNICA

RESPONSABILIDADE

Comissão de Acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P

CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral

Direção-Geral da Educação

Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

REDAÇÃO

La Salete Coelho e Joana Costa

ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELO APOIO AO PLANEAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA ENED 2018-2022

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP)

Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC)

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO3

1 – Introdução5

2 – Análise de dados gerais9

3 – Cobertura dos objetivos, medidas e ações13

- Cobertura global dos objetivos13
- Objetivo 115
- Objetivo 218
- Objetivo 321
- Objetivo 424
- Medidas Transversais26
- Análise por projeto26

4 – Análise dos indicadores por objetivo e por dimensão28

- Objetivo 128
- Objetivo 236
- Objetivo 342
- Objetivo 445

5 – Conclusões47

6 – ANEXOS55

- Anexo 156
  Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão
- Anexo 259
  Termos de Referência do Relatório de Acompanhamento da ENED
- Anexo 363
  Projetos de ED reportados
- Anexo 465
  Dados relativos aos projetos aprovados na fase de candidatura de 2019, na linha de financiamento do CICL para projetos de ED

LISTA DE SIGLAS

ACM - Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

APA - Agência Portuguesa do Ambiente

APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural

ARIPESE - Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação

ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental

CA - Comissão de Acompanhamento

CICL - Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P

CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

CNJ - Conselho Nacional da Juventude

CNU - Comissão Nacional da UNESCO

CPADA - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente

DGE - Direção-Geral da Educação

ED - Educação para o Desenvolvimento

ENED - Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

ESE - Escola Superior de Educação

GENE - Global Education Network Europe

IP - Instituição Pública

IPDJ - Instituto Português do Desporto e da Juventude

MT - Medidas transversais

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONGD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

OSC - Organização da Sociedade Civil

PA - Plano de Ação

PpDM – Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres

PPONGD - Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

Referencial de ED - Referencial de Educação para o Desenvolvimento - Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário

RICD - Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento

TDR - Termos de referência

UE - União Europeia

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente Relatório de Acompanhamento faz parte do acompanhamento e monitorização da implementação do Plano de Ação (PA) da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) 2018-2022, relativamente ao ano de 2019, analisando a cobertura dos objetivos, medidas e ações e bem como os indicadores gerais e específicos definidos.

A exemplo do ano anterior, o processo de recolha de dados foi realizado através de um instrumento *online*, elaborado de origem como previsto no PA. A sua unidade de recolha é a "ação"[1], em coerência com o documento enquadrador. Os dados gerais, aqui tratados foram recolhidos em 538 respostas registadas por 38 instituições e representam um total de 1191 ações reportadas. Os dados recolhidos são da responsabilidade das entidades que os reportaram.

Receberam-se respostas das quatro instituições constituintes da Comissão de Acompanhamento (CA) da ENED[2], da própria CA enquanto órgão coletivo com responsabilidade na dinamização e implementação de ações[3], das restantes doze Entidades Subscritoras do Plano de Ação da ENED que têm vindo a contribuir para a execução da ENED 2018-2022, de 20 ONGD associadas da Plataforma Portuguesa das ONGD e de 9 Escolas Superiores de Educação associadas da ARIPESE.

No total das 1191 ações reportadas, 663 (56%) dizem respeito a ações inseridas em projetos de ED, 204 (17%) referem-se a ações inseridas noutro tipo de projetos e 324 ações (27%) são ações não inseridas em qualquer tipo de projeto. Neste âmbito, foi ainda possível identificar a existência de 9 projetos de ED implementados pelas ESPA, 27 por ONGD associadas da PPONGD e 3 pelas ESE associadas da ARIPESE.

Foi ainda possível verificar que 72% (855) das ações estavam previstas no Plano de Ação enquanto que 28% (336) não estavam previstas, tendo sido autopropostas posteriormente.

Na distribuição de ações por objetivo, verificou-se que 233 (20%) das ações reportadas correspondem ao objetivo 1 "Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED"; 790 (66%) dizem respeito ao objetivo 2 "Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED"; 141 (12%) correspondem ao objetivo 3 "Afirmar a importância e promover a transversalização

[1] Por *ação* entende-se intervenções/iniciativas diversas em número singular.

[2] Apesar de ser um dos elementos da CA e de ser uma ESPA, o CIDAC aparece listado como ONGD e os seus dados são tratados nessa qualidade.

[3] No Plano de Ação desta Estratégia a CA assumiu compromissos e, portanto, também reporta enquanto tal.

da ED"; e 26 ações (2%) estão implicadas no objetivo 4 dedicado à "Consolidação de recursos adequados à intervenção em ED".

A análise geral da cobertura dos objetivos permite verificar que os objetivos 2, 3 e 4 apresentam um nível de cobertura superior aos compromissos estabelecidos, que o objetivo 2 é aquele no qual se verificam os maiores valores superiores ao previsto e que o objetivo 1 ficou aquém do previsto em 4 ações.

Foi ainda realizada uma análise pormenorizada da informação recolhida de acordo com os indicadores específicos por objetivo e por dimensão, a saber, participação; sexo; territorial/geográfica; institucional; setor de atividade; temporal; disseminação e tipologia das ações.

1 – Introdução

O presente Relatório de Acompanhamento, relativo à implementação de ações no ano de 2019, é um documento que resulta da implementação de um "Sistema de acompanhamento", consagrado na medida 4.2 do Plano de Ação (PA) da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022 (ENED 2018-2022). Este sistema de acompanhamento pretende ser uma forma de promover e acompanhar o desenvolvimento da ENED 2018-2022, nomeadamente monitorizar a implementação do seu PA, onde se estipula a "elaboração e publicação de relatórios de acompanhamento da execução da ENED".

Esta atribuição foi entregue a um secretariado (previsto na ação 3 da medida 4.1), através da celebração de um contrato-programa[4] entre o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (CICL) e o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP), envolvendo ainda a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Com este documento pretende-se, para além de fornecer informações que permitam obter uma perspetiva evolutiva da implementação da ENED 2018-2022, promover uma reflexão crítica sobre os resultados e partilhar conclusões entre os atores de ED envolvidos e o público em geral que tenham interesse na ENED, a nível local, regional e internacional.

Como referido anteriormente, o principal objetivo do presente relatório é o de monitorizar a execução da ENED, vigente entre 2018-2022 em Portugal, no ano de 2019.

Este objetivo geral desdobra-se em diversos objetivos específicos:

- identificar as ações que estão a ser cobertas e as que não estão a ser cobertas pelas atividades em curso;
- reconhecer os principais atores que intervêm na área de ED em Portugal;
- identificar e caracterizar a dimensão das principais participações nas ações, nomeadamente quanto ao sexo;
- identificar as principais áreas geográficas onde se implementam as ações;
- identificar e caraterizar a dimensão institucional das principais ações;
- identificar os principais setores de atividades dos atores intervenientes;
- identificar as principais dimensões temporais das atividades em curso;
- identificar a dimensão da disseminação de recursos e conteúdos na área de ED;

[4] "Apoio ao planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022 e capacitação das entidades subscritoras do respetivo Plano de Ação e das instituições de ensino superior envolvidas na sua implementação".

- identificar as principais tipologias das ações;
- lançar as bases para a obtenção futura de uma perspetiva evolutiva da implementação da ENED 2018-2022 em cada ano de execução;
- refletir criticamente sobre os resultados, permitindo formular conclusões e recomendações.

Para além destes objetivos específicos que se pretendem alcançar, também se considera que o processo de elaboração dos relatórios anuais é sempre um passo importante para analisar o processo de planeamento, acompanhamento e monitorização da execução da ENED.

A recolha de dados do presente relatório foi realizada, de forma semelhante à do ano antecedente, através de um instrumento pensado e elaborado de origem, e implementado conforme as especificidades da ENED 2018-2022 e o seu Plano de Ação. Este instrumento de reporte de dados aloja-se numa "área reservada"[5] (https://areareservada.ened-portugal.pt/) que se integra na estrutura da plataforma eletrónica desenvolvida, e já em funcionamento, que tem como propósito disseminar informação relativa à ED em Portugal (https://ened-portugal.pt/).

A análise dos dados recolhidos, que tem a *ação*[6] como unidade de reporte, pretende responder às dimensões e indicadores gerais e específicos identificados para cada uma das ações no documento *Notas explicativas do Plano de Ação da ENED 2018-2022*[7]*:* participação; sexo; territorial/geográfica; institucional; setor de atividade; temporal; disseminação e tipologia das ações.

Assim, os dados aqui tratados foram recolhidos em 538 respostas registadas por 38 instituições representando um total de 1191 ações reportadas. O tratamento dos dados foi feito em dois momentos distintos:

- numa primeira fase, fez-se a análise das ações reportadas com vista a ter uma visão global sobre o grau de cumprimento dos compromissos assumidos pelas ESPA e suas associadas;

[5] Na "área reservada" dedicada a cada uma das entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED e das associadas identificadas por estas como promotoras de atividades no âmbito da mesma, é possível entrar no perfil individual, através do nome da entidade utilizadora e de uma palavra-passe, um espaço privado e adaptado aos compromissos das mesmas. Nesta área, cada entidade poderá efetuar, idealmente em momentos distintos, a planificação e o reporte das ações desenvolvidas no âmbito do Plano de Ação.

[6] Entendendo-se por ação, intervenções/iniciativas diversas em número singular.

[7] O documento *Notas Explicativas do Plano de Ação da ENED 2018-2022* encontra-se disponível em: https://ened-portugal.pt/pt/notas-explicativas

- numa segunda fase, analisaram-se os dados por objetivo, medida e ação, segundo as dimensões transversais e os indicadores específicos definidos no documento "Notas explicativas", complementar ao PA.

Relativamente aos dados recolhidos importa salientar que se recolheram dados das quatro instituições constituintes da Comissão de Acompanhamento da ENED[8] e das restantes doze Entidades Subscritoras do Plano de Ação da ENED[9] que têm vindo a contribuir para a execução da ENED 2018-2022.

No caso da PPONGD e da ARIPESE, foram ainda tidas em conta as suas associadas. Neste âmbito, foram contactadas 35 ONGD, que atuam na área da ED registadas na PPONGD, Entidade Subscritora do Plano de Ação, para que se possa ter uma visão mais completa do trabalho realizado na área da ED em Portugal, uma vez que estas são uma das grandes promotoras do trabalho nesta área.

Por indicação do CICL, foi ainda contactada a AMI - Assistência Médica Internacional, a qual, apesar de não ser associada de uma ESPA e, portanto, não ter assumido compromissos relativos ao PA da ENED, implementa um projeto europeu, cofinanciado pela linha de ED do CICL, motivo pelo qual se considerou pertinente a recolha de dados junto desta instituição. Os seus dados foram considerados juntamente com os dados das ONGD.

Por indicação da PPONGD foram criados perfis para 35 ONGD, tendo sido possível recolher respostas de 20 organizações[10], representando 57% das entidades contactadas[11]. No campo

[8] O CICL - Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., o Ministério da Educação, através da DGE - Direção-Geral da Educação, a Plataforma Portuguesa das ONGD (PPONGD) e a ONGD CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (apesar de ser um dos elementos da CA e de ser uma ESPA, o CIDAC aparece listado como ONGD e os seus dados são tratados nessa qualidade).

[9] ACM – Alto Comissariado para as Migrações; ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local; APA - Agência Portuguesa do Ambiente; APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural; ARIPESE – Associação de Reflexão e Intervenção Educativa na Política das ESE; CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; CNJ - Conselho Nacional da Juventude; Comissão Nacional da UNESCO; CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; IPDJ - Instituto Português do Desporto e da Juventude; PpDM – Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, RICD – Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento. Foram incluídos ainda os dados da Comissão de Acompanhamento (apesar de ser uma Comissão constituída por 4 ESPA, os seus dados serão tratados enquanto uma entidade individual uma vez que a CA assume compromissos específicos no Plano de Ação).

[10] ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos; AIDGLOBAL - Acção e Integração para o Desenvolvimento Global; AMI - Assistência Médica Internacional; AMU - Ações para um Mundo Unido; Cáritas Portuguesa; CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral; FEC - Fundação Fé e Cooperação; FGS - Fundação Gonçalo da Silveira; FCL - Fundação Cidade de Lisboa; G.A.S. Porto - Grupo de Ação Social do Porto; IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr; IPAV - Instituto Padre António Vieira; MONTE - Desenvolvimento Alentejo Central – ACE; OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento; PAR - Respostas Sociais; Rosto Solidário - Associação de Desenvolvimento Social e Humano;; SOLSEF - Sol Sem Fronteiras; URB-África – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento Urbano/UCCLA União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa; VIDA - Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano; WACT - We Are Changing Together. Recorda-se que o CIDAC, apesar de ser membro da Comissão de Acompanhamento é considerado em termos de reporte de dados como ONGD.

[11] Quatro instituições (11%) informaram que não realizaram atividades de ED, dezasseis (46%) deram uma resposta positiva, submetendo os seus dados para tratamento e quinze (43%) não responderam.

das ESE conseguimos estabelecer contacto com doze das treze instituições associadas da ARIPESE, para as quais foi criado um perfil individual. Foi possível recolher respostas de 9 instituições[12] (75% do universo contactado)[13].

Das ESPA, apenas o Instituto Português do Desporto e da Juventude reportou não ter desenvolvido, em 2019, ações vinculadas à ENED 2018-2022. As restantes ESPA reportaram dados para análise.

No total, responderam aos contactos realizados no âmbito do processo de elaboração do relatório 45 das 63 entidades com perfis criados (as 4 entidades que compõem a CA, a própria CA que funciona como ator, como explicado anteriormente, 12 entidades subscritoras do PA da ENED 2018-2022, 20 ONGD e 9 ESE)[14], o que representa um universo de 71% (mais 6% que em 2018) do total das entidades contactadas.

Apesar do conhecimento da existência de outras instituições que trabalham em ED, manteve-se a opção de contactar apenas as entidades que subscreveram o Protocolo de implementação do PA da ENED de forma a aferir o cumprimento dos seus compromissos.

Importa salientar que apesar de no relatório relativo a 2018 terem sido feitas sugestões relativas a atualizações no instrumento de reporte de forma a recolher dados mais precisos para certas ações, estas ainda não foram possíveis de integrar no presente relatório uma vez que, aquando da finalização do relatório anterior, já se tinha iniciado o processo de reporte relativo a 2019.

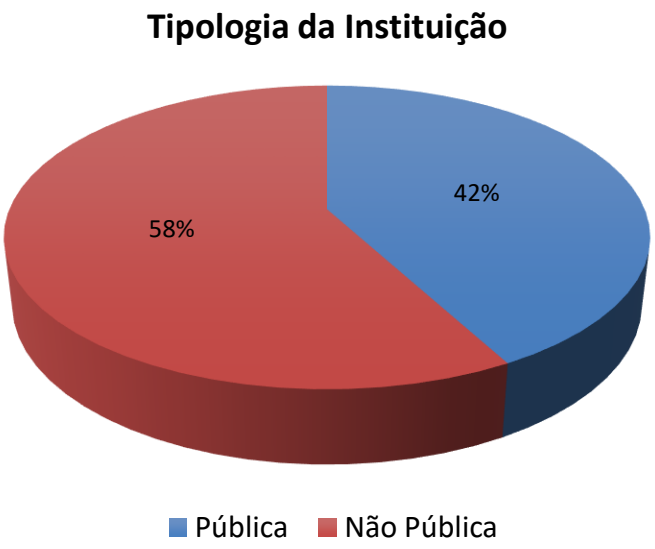
[12] ESE - Escola Superior de Educação de Beja; ESEB - Escola Superior de Educação de Bragança; ESECB - Escola Superior de Educação de Castelo Branco; ESECS- Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria; ESECS - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Portalegre; ESE - Escola Superior de Educação do Porto; ESE - Escola Superior de Educação de Santarém; ESE - Escola Superior de Educação de Setúbal; ESE - Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.

[13] Apenas duas escolas informaram da não existência de ações de ED, no ano de 2019, e sete deram uma resposta positiva, enviando os seus dados para tratamento.

[14] Para a lista completa dos participantes no relatório, ver Anexo 1 “Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão”.

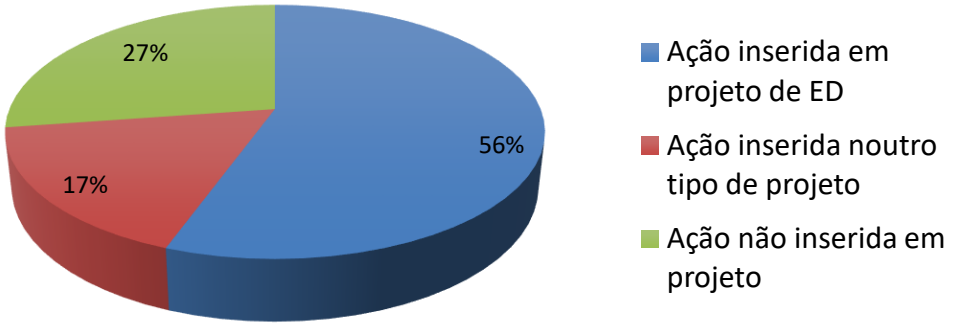
2 – Análise de dados gerais

De uma análise dos dados globais e introdutórios, importa salientar, desde logo, a divisão da recolha dos dados por tipologia de instituições. É possível observar que, em relação a 2018, houve um aumento de 9 instituições que reportaram dados perfazendo em 2019 um total de 38 instituições que reportaram, das quais 16 são públicas (42%) e 22 são não públicas e sem fins lucrativos (58%).



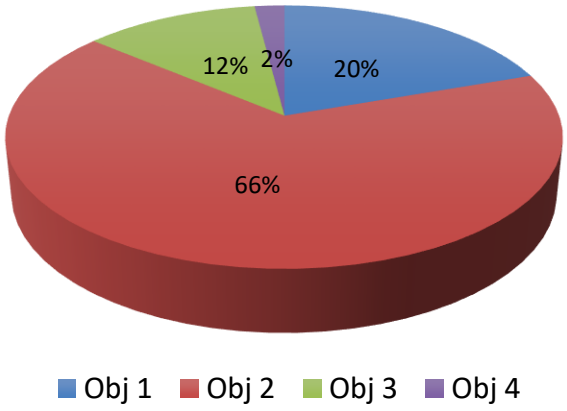
Relativamente à organização dos dados pelas três tipologias de ação - ações inseridas em projeto de ED, ações inseridas noutro tipo de projetos e ações não inseridas em qualquer tipo de projeto -, verifica-se que, num total de 1191 ações reportadas, 663 (56%) dizem respeito a ações inseridas em projetos de ED, 204 (17%) referem-se a ações inseridas noutro tipo de projetos e 324 ações (27%) são ações não inseridas em nenhum projeto. Comparativamente ao ano anterior, verificaram-se alterações significativas, nomeadamente um aumento das ações inseridas noutro tipo de projetos (de 4% para 17%) e um decréscimo das ações inseridas em projetos de ED (de 74% para 56%).

Tipo de Ações



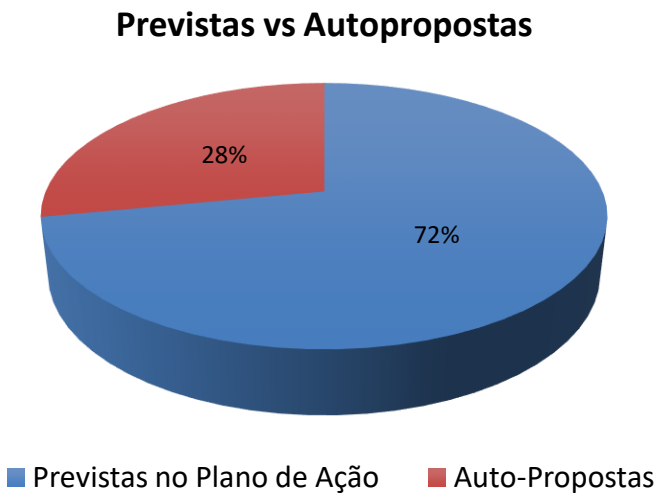
Quanto ao enquadramento das ações reportadas no objetivo do Plano de Ação para o qual estas respondem de forma mais direta constata-se que 233 (20%) das ações reportadas correspondem ao objetivo 1 "Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED"; 790 (66%) dizem respeito ao objetivo 2 "Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED"; 141 (12%) correspondem ao objetivo 3 "Afirmar a importância e promover a transversalização da ED"; 26 ações (2%) estão implicadas no objetivo 4 dedicado à "Consolidação de recursos adequados à intervenção em ED" e 1 ação que respeita à Medida Transversal 2 "Realização de edições das Jornadas de ED[15].

Ações por objetivo



[15] Importa referir que estes números não devem ser comparados entre si, pois o número de ações estimadas em PA é variável conforme cada objetivo, a título de exemplo, ao passo que o objetivo 2 é o que mais metas têm a atingir, o objetivo 4 é o que tem menor número de ações estimadas. É de realçar também que as entidades intervenientes e participantes variam conforme os objetivos devido à sua especificidade, ou seja, diferentes tipos de organização têm diferentes responsabilidades e compromissos assumidos em cada objetivo.

No que concerne à quantidade de ações reportadas manteve-se a opção tomada de alargar a recolha de dados a ações inicialmente não previstas de modo a recolher o máximo de informações sobre as ações em ED em Portugal implementadas pelas ESPA e suas associadas. Como se pode constatar através do próximo gráfico, 72% (855) das ações estavam previstas em Plano de Ação enquanto 28% (336) não estavam previstas e por esse motivo foram reportadas enquanto autopropostas.



Importa ter em atenção que, numa análise comparativa dos dados de 2018 e 2019, não é possível o tratamento de valores absolutos uma vez que o número de compromissos assumidos é variável em cada um dos anos (802 ações previstas para 2018 e 664 para 2019). Por exemplo, ainda que o número total de ações reportadas em 2019 - 1190 ações - seja menor, em 45 ações, do que o número reportado em 2018, isto não é sinónimo de uma diminuição no processo de reporte. Na verdade, se analisarmos a percentagem de dados reportados, verificou-se um aumento de 25% de ações reportadas no ano de 2019 (179%[16]), comparativamente ao ano de 2018 (154%).

[16] Estes valores superiores a 100% justificam-se pelo elevado número de ações autopropostas reportadas em ambos os anos.

De seguida realizar-se-á uma comparação entre as ações previstas e as ações efetivamente realizadas, o que permitirá uma leitura da cobertura de cada ação e consequentemente de cada um dos quatro objetivos que a ENED 2018-2022 se propõe alcançar até 2022.

A exemplo do ano transato, foram estabelecidos os Termos de Referência (TdR) que enquadram o que é esperado do presente relatório anual de acompanhamento da ENED. Estes encontram-se apresentados em anexo[17], constituindo as linhas mestras deste relatório.

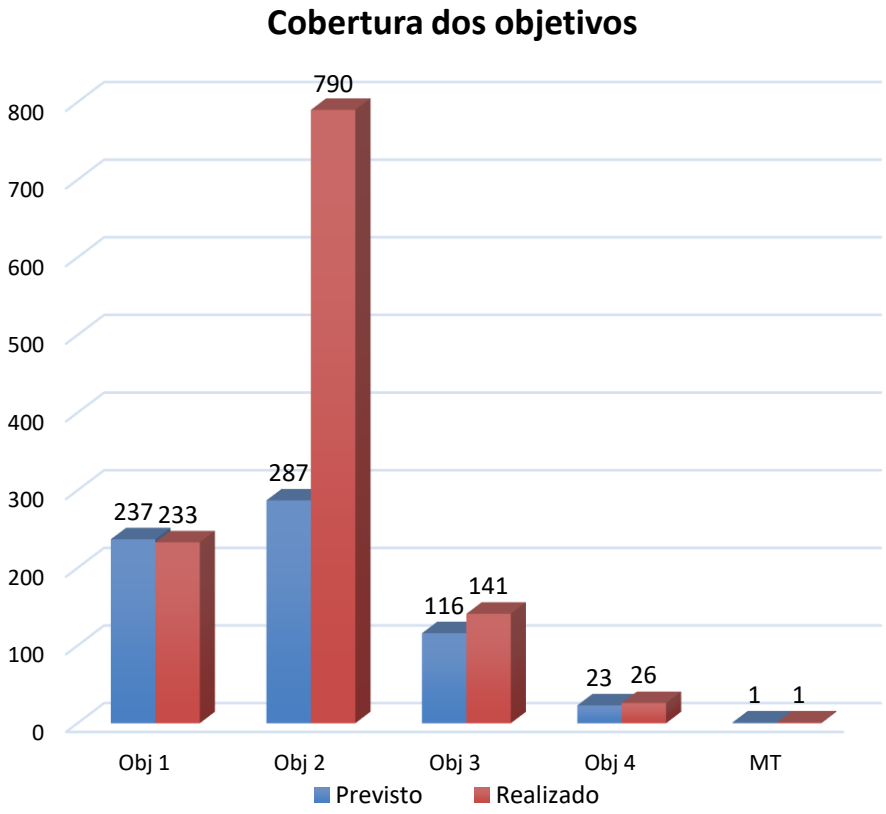
Verificou-se, mais uma vez, que o processo de elaboração do relatório anual – desde a implementação do instrumento de recolha de dados, ao contacto com as instituições, recolha, tratamento e interpretação de dados e redação final – permite um processo de aprendizagens conjuntas e que têm influências nas decisões tomadas e a tomar relativas à planificação anual e ao reajustamento do Plano de Ação 2018-2022, durante o processo de avaliação intermédia, a decorrer em 2020.

[17] Anexo 2 "Termos de Referência do Relatório de Acompanhamento da ENED".

3 – Cobertura dos objetivos, medidas e ações

○ Cobertura global dos objetivos

Inicia-se a análise da implementação da atual ENED por uma leitura dos dados globais, ao nível dos objetivos.



A observação do gráfico permite-nos perceber que:

- os objetivos apresentam um nível de cobertura superior aos compromissos estabelecidos, à exceção do objetivo 1 que ficou aquém do previsto;

- os objetivos são bastante díspares no número de compromissos que pressupõem à partida, não permitindo qualquer tipo de comparação absoluta entre si;

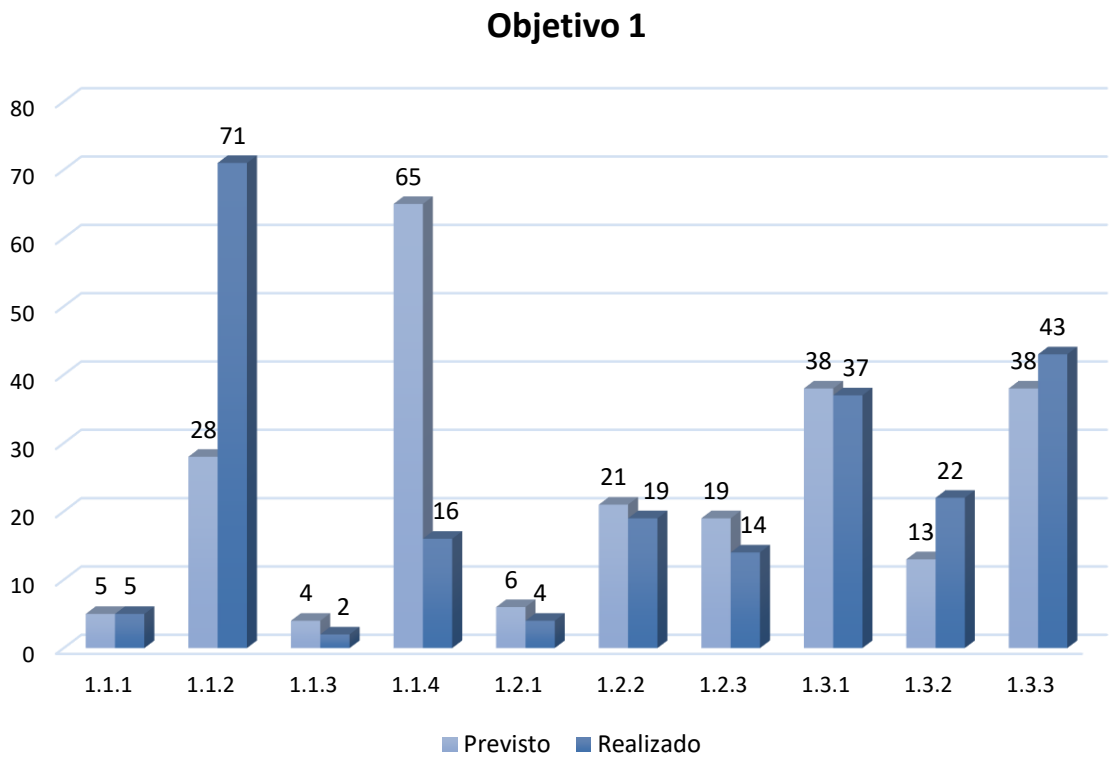
- o objetivo 2, à semelhança de 2018, é aquele em que se verificam valores bastante superiores ao previsto, o que pode ser explicável pela natureza das medidas e ações que o compõem e com o número de atores que intervêm no seu cumprimento e implementação.

- o objetivo 3 regista um aumento de ações autopropostas em 2019 (25 ações), comparativamente ao ano 2018 que registou mais 21 ações do que as assumidas nos compromissos.

Seguidamente, apresenta-se uma análise pormenorizada de cada objetivo, respetivas medidas e ações, de forma a aferir o cumprimento dos compromissos assumidos no Plano de Ação da ENED.

○ Objetivo 1

Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de Educação para o Desenvolvimento



Como referido anteriormente, o objetivo 1 recolhe 233 (20%) das ações reportadas. Da leitura do gráfico anterior, pode-se verificar um défice nos níveis de cobertura na maioria das ações previstas, o que justifica uma análise mais detalhada.

No âmbito da medida 1.1, relativa à "Formação de agentes educativos", é possível identificar que:

- executaram-se as ações previstas relacionadas com a formação inicial de docentes (1.1.1);

- as ações reportadas para a ação 1.1.2, relativa à formação contínua de docentes, excederam em muito (em 44 ações) o previsto, contrariamente ao ano 2018 no qual tinham ficado uma ação abaixo do previsto;

- mantém-se, a exemplo de 2018, uma discrepância assinalável entre as ações previstas e as executadas no âmbito da ação 1.1.4, "realização de ações de formação contínua de educadores e educadoras e formadores e formadoras de qualquer sector de atividade". Depois de contactar, em 2018, os atores com responsabilidades nesta ação, detetou-se um lapso de contabilização de compromissos aquando da elaboração do Plano de Ação para além de uma confusão na interpretação do indicador pedido – número de ações e não

número de participantes. A correção deste lapso ainda não se faz sentir na análise de 2019, uma vez que o reajustamento do PA está previsto acontecer em 2020.

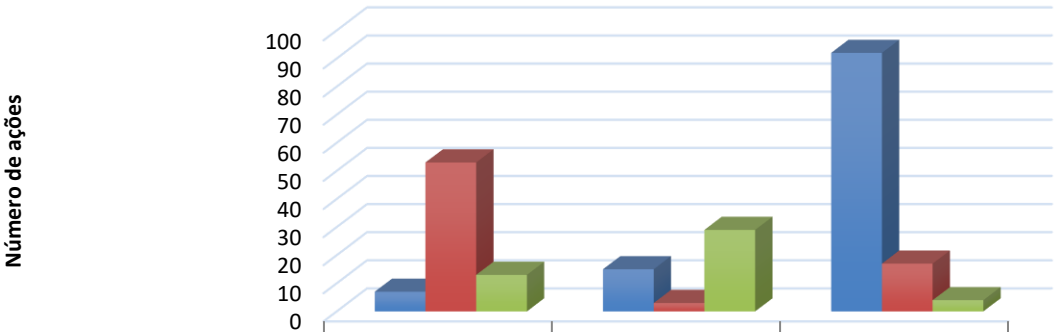
- verificou-se que na ação 1.1.3, relacionada com a formação de educadores/as e formadores/as de qualquer setor de atividade, ficou-se aquém do previsto em duas ações.

Relativamente à medida 1.2, dedicada à "Capacitação de organizações", regista-se um défice no cumprimento das metas assumidas em todas as suas ações. A ação 1.2.1 que consagra a capacitação das ESPA e a ação 1.2.2 dirigida a ações de capacitação de entidades associadas/ parceiras/ membros das ESPA, ficou 4 ações de capacitação aquém do previsto. Por sua vez, a ação 1.2.3, dedicada à "realização de ações de capacitação de outras entidades", que em 2018 tinha registado um excedente de 3 ações, em 2019 apresenta um défice de 5 ações.

No contexto da medida 1.3, que prevê a "Produção de conteúdos e recursos", deve assinalar-se favoravelmente um cumprimento superior ao previsto das ações dedicadas à produção de conteúdos científicos sobre ED (1.3.2) e à "disseminação de conteúdos e recursos produzidos no âmbito desta medida" (esta última tinha, em 2018, ficado abaixo dos compromissos estimados). Já no que respeita à ação "produção de recursos educativos e conteúdos sobre ED" (1.3.1) em 2019 fica 1 ação abaixo do expectável, contrariamente ao ano de 2018 que apresentou 4 ações excedentárias.

O pedido de caracterização dos dados recolhidos quanto à sua integração ou não em projeto e em que tipo de projeto – ação inserida em projeto ED, ação inserida noutro tipo de projeto ou ação não inserida em projeto – permite observar como se relaciona o número de reportes preenchidos com os principais atores da sua implementação.

Objetivo 1

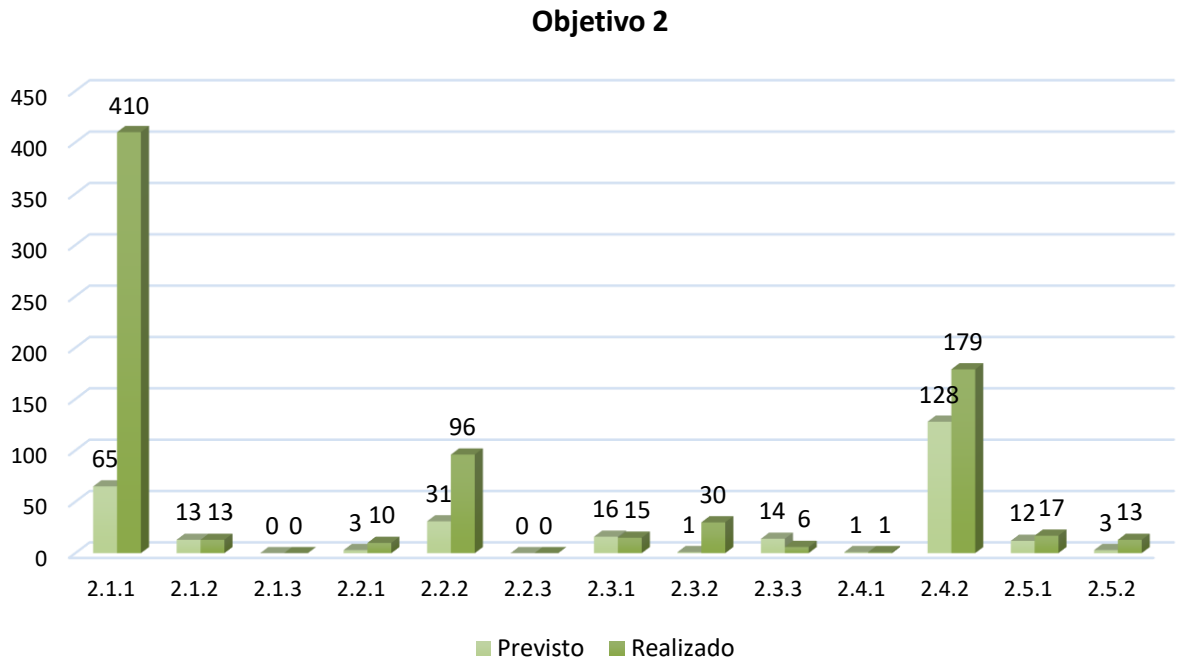


	ESPA	Associadas da ARIPESE	Associadas da PPONGD
Projeto ED	7	15	92
Outro tipo de projeto	53	3	17
Não inseridas em Projeto	13	29	4

Estes dados permitem perceber, para o objetivo 1, a continuidade da existência de projetos de ED nas três tipologias de atores envolvidos – ESPA, ESE e ONGD – apesar de se registar um decréscimo destes valores face ao ano de 2018. Por outro lado, é de salientar o aumento do número de ações inseridas em outro tipo de projeto nos diferentes atores envolvidos. Estes dados permitem ainda evidenciar a relevância das ONGD na implementação de projetos de ED nesta área.

○ Objetivo 2

Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED



Para o objetivo 2, foram reportadas 790 (66%) ações dedicadas a "Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED", obtendo-se, desta forma, um saldo bastante positivo face ao previsto (287). Não obstante, uma observação mais detalhada revela informações relevantes.

Relativamente à medida 2.1, "Reforço da integração da ED no sistema educativo", há a assinalar os valores da ação 2.1.1, "promoção de projetos e outras iniciativas de integração da ED nos estabelecimentos de educação, ensino e formação" que, à semelhança do ano de 2018, ultrapassaram de uma forma muito significativa - em 345 - os valores previstos. Aquando da elaboração do relatório de 2018 julgou-se importante clarificar este indicador, enviando, no início do processo de reporte de 2019, a todas as ESPA e suas associadas a informação de que nesta ação deverá ser considerada como unidade de reporte o número total de ações realizadas (idas às escolas) e não o número de escolas e/ou agrupamentos onde se realizam as ações. Estes dados excedentários devem-se ao facto de várias associadas das organizações de cúpula, especificamente da ARIPESE e PPONGD, superarem largamente os compromissos previstos. Salienta-se, neste caso, a relevância de ações reportadas pelas associadas da PPONGD (343 ações reportadas em 14 planeadas) e das Escolas Superiores de Educação (30 ações reportadas em 6 planeadas).

As ações relativas à medida 2.2, de "Fortalecimento da ED nos contextos de Educação Não Formal" dedicadas à realização de ações de sensibilização, consciencialização e mobilização para a importância da ED, quer por organizações de cúpula (2.2.1), quer por outras organizações (2.2.2) apresentam resultados superiores ao previsto, à semelhança de 2018. Nesta última medida, em que a superação é mais visível (em 65 ações), continua a verificar-se uma grande relevância dos dados reportados pela Plataforma das ONGD e suas associadas tendo sido assumida uma subestimação dos dados aquando da elaboração do respetivo Plano de Ação[18].

A medida 2.3 refere-se a ações de "Promoção de iniciativas de concertação para a melhoria das políticas" com titulares dos poderes políticos de diversos patamares nacionais (ação 2.3.1), com "membros nacionais dos órgãos políticos europeus" (ação 2.3.2) ou com "entidades com capacidade de concertação para a melhoria das políticas" (2.3.3). Os valores desta medida apresentam ligeiras discrepâncias face ao previsto, quer por excesso - 2.3.2 apresenta mais 29 ações -, quer por defeito - as ações 2.3.1 e 2.3.3 apresentam, respetivamente, menos 1 e 8 reportes. Nestas duas últimas ações, as ações implementadas ficaram abaixo do previsto por diversos motivos explicitados pelas entidades intervenientes: i) efetivamente não se implementou a ação como o desejado inicialmente; ii) os compromissos foram estabelecidos considerando projetos que poderiam vir a ser aprovados, o que não se verificou; e iii) no momento de reporte, considerou-se que certas ações se enquadrariam melhor noutra medida do PA ao invés destas. De realçar que em 2018, a ação 2.3.3 tinha ultrapassado a meta em 14 ações, ou seja, o dobro das ações previstas em Plano de Ação para esse ano.

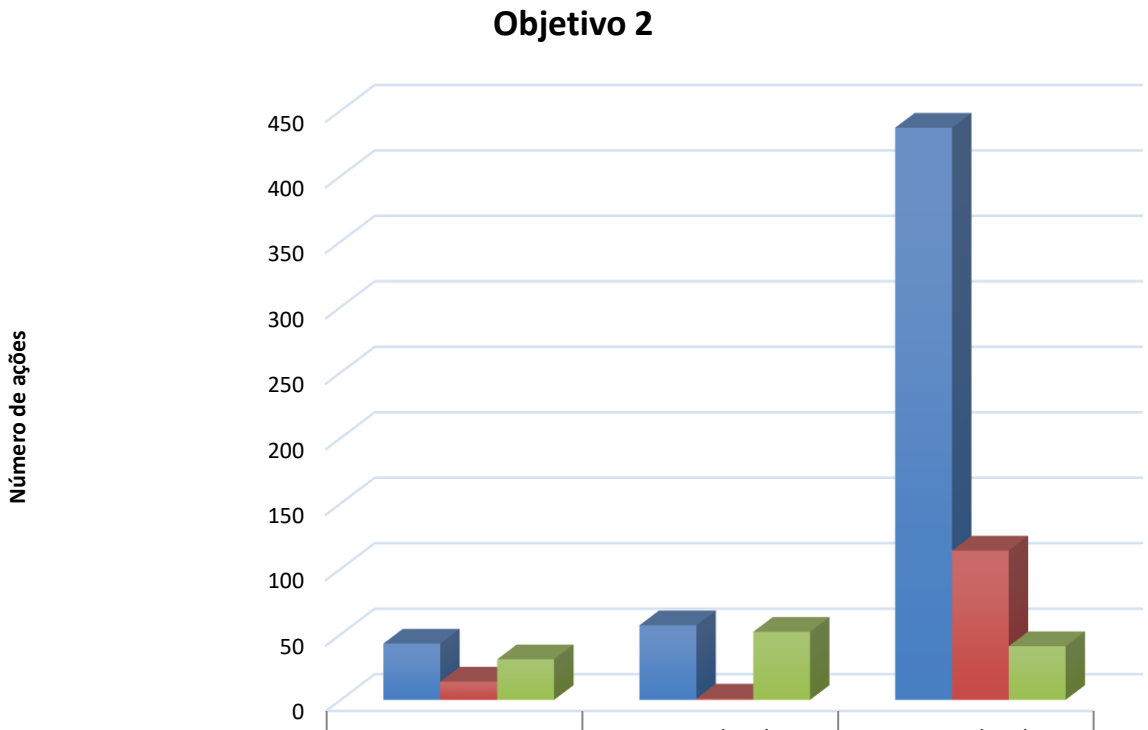
Relativamente à medida 2.4, que pressupõe o "Envolvimento dos meios de comunicação social", é de salientar o reporte muito positivo (em 51 ações) na ação 2.4.2, que se refere a **"**publicação de conteúdos sobre ED em meios de comunicação social internacional, nacional, regional e local, incluindo nas redes sociais". Aquando do início do processo de reporte de ação de 2019, reforçou-se o esclarecimento, junto dos vários atores participantes, de que esta ação apenas se relaciona com o envolvimento dos meios de comunicação social convencionais enquanto setor de atividade, ou seja, entidades que envolvam de forma direta profissionais da área da comunicação, através de qualquer um dos seus meios de comunicação (mais tradicionais como o jornal em papel, rádio, televisão, por exemplo, ou através das suas redes sociais).

No que concerne à medida 2.5, dedicada à "Participação internacional", foram reportadas, com valores excedentários, ambas as ações: a ação 2.5.1 que respeita à "participação em iniciativas de intercâmbio de experiências e conhecimentos fora de Portugal" (mais 5 ações)

[18] Esta subestimação pode dever-se à dificuldade na recolha dos contributos das associadas aquando do planeamento e à falta de previsibilidade da implementação das ações face à incerteza da aprovação de projetos de ED.

e a ação 2.5.2 que diz respeito à "participação em iniciativas de intercâmbio de experiências e conhecimentos em Portugal, com participação de pessoas e organizações de outros países e organizações internacionais" (mais 10 ações).

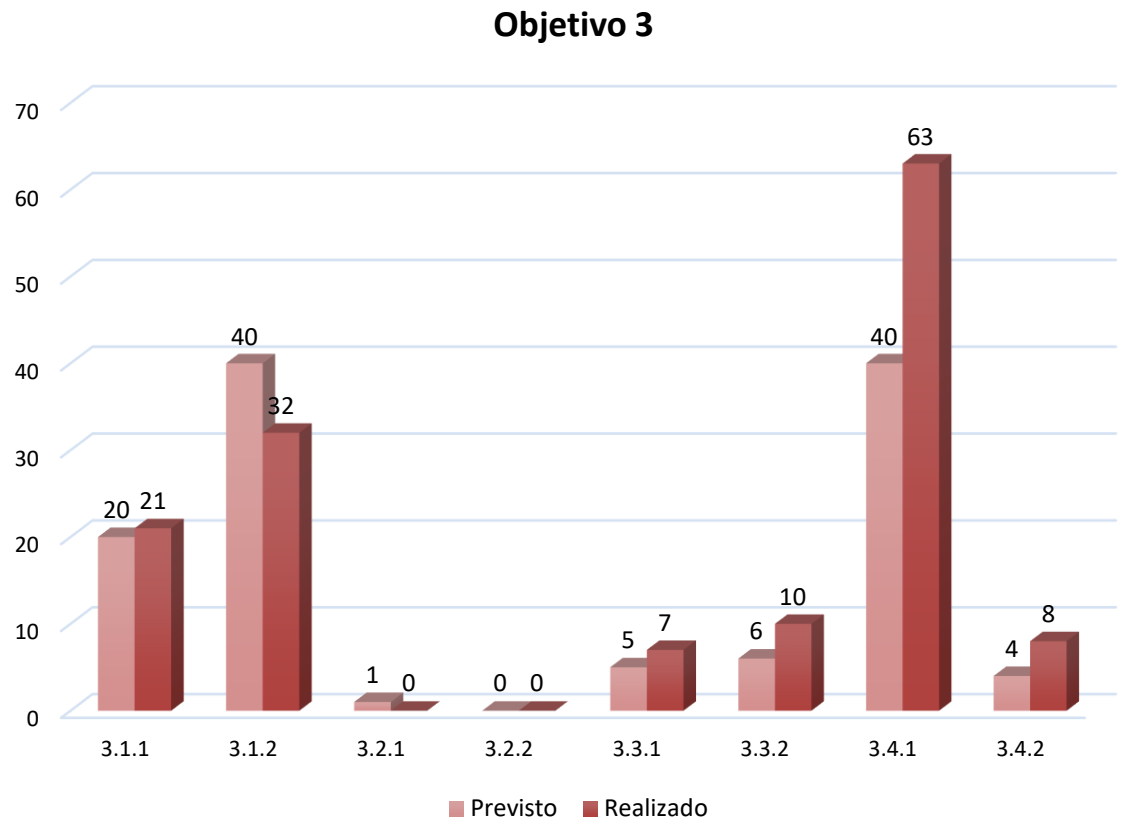
Quanto à sua integração ou não em projeto e em que tipo de projeto, podemos verificar que, relativamente ao objetivo 2, mantém-se a predominância das ONGD na implementação de projetos de ED sendo, no entanto, de salientar, a contínua presença de um número considerável de ações inseridas em projetos de ED da responsabilidade das ESPA. É de salientar também o aumento significativo de ações inseridas em projeto de ED por parte das Escolas Superiores de Educação associadas da ARIPESE, 57 ações em 2019 comparativamente às 18 no ano antecedente.



	ESPA	Associadas da ARIPESE	Associadas da PPONGD
Projeto ED	43	57	437
Outro tipo de projeto	14	1	114
Não inseridas em Projeto	31	52	41

○ Objetivo 3

Afirmar a importância e promover a transversalização da ED



No âmbito do objetivo 3, "Afirmar a importância e promover a transversalização da ED", foram reportadas 141 (12%) ações, sendo possível constatar, imediatamente, o número excedentário no cumprimento dos compromissos assumidos (em 5 tipologias de ações) face ao cumprimento deficitário dos mesmos (em 2 tipologias de ações).

Relativamente à medida 3.1, que prevê o "Reconhecimento formal da ED" em "documentos estratégicos e operacionais por parte de órgãos de soberania eletivos, do governo, das regiões autónomas e do poder local" (3.1.1) verifica-se 1 ação para além do previsto. Por outro lado, no que respeita ao reconhecimento na mesma tipologia de documentos "por parte de entidades públicas e da sociedade civil" (3.1.2) assinala-se que o cumprimento da ação ficou aquém do compromisso inicial em 8 ações. Comparativamente a 2018, regista-se um decréscimo do número de entidades com projetos de ED apoiados e cofinanciados em relação a 2019, o que poderá justificar este número inferior ao previsto. Os órgãos do poder local que reconhecem formalmente a ED nos seus documentos estratégicos e operacionais (3.1.1) referem-se aos 21 municípios pertencentes à Rede Intermunicipal de Cooperação

para o Desenvolvimento (RICD) que subscreveram o Plano de Ação das ENED 2018-2020[19]. Relativamente aos dados inseridos na ação 3.1.2, identificam-se as entidades subscritoras da ENED, que reconhecem formalmente a ED através da subscrição do Plano de Ação da ENED, e as ONGD e outras entidades que implementam projetos de ED apoiadas pelo Camões, I.P. e/ou pela Comissão Europeia.

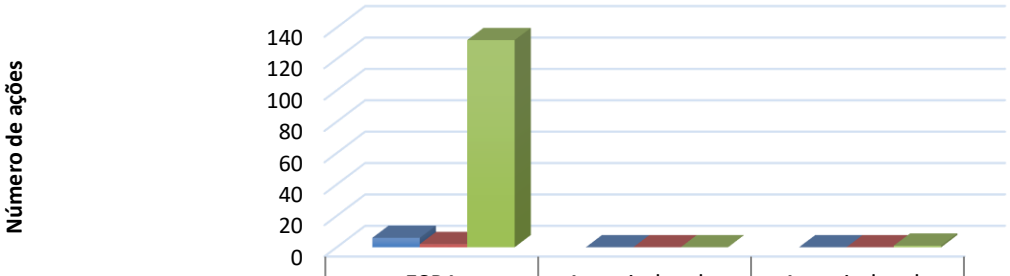
A medida 3.2, dedicada à "Articulação nacional na tomada de decisões", não manifesta nenhuma atividade realizada em 2019. A "realização de reuniões com a presença de atores políticos e quadros diretivos das ESPA" (3.2.1), não viu a sua ação prevista a ser cumprida.

À semelhança de 2018, verifica-se um cumprimento acima do expectável nas duas últimas medidas do objetivo 3: i) nas ações respeitantes à "Articulação internacional na tomada de decisões" da medida 3.3, seja através de realização de reuniões e outras ações (3.3.1), seja através da elaboração de documentos (3.3.2); ii) e nas ações no âmbito da medida 3.4, de "Mobilização de recursos adequados à intervenção". Nas ações desta última medida importa salientar que se verificam mais 23 ações de mobilização de recursos afetos expressamente a ED (3.4.1) e mais 4 ações, ou seja, o dobro do que o previsto, de mobilização pelas ESPA de outros recursos para ED (3.4.2). De destacar ainda um aumento significativo na mobilização pelas ESPA e respetivas associadas de recursos afetos expressamente à ED (63 ações em 2019 comparativamente a 49 em 2018). Este crescimento pode estar relacionado com o aumento do número de entidades e respetivas associadas que reportaram ações (mais 9 entidades em 2019) e portanto, consideradas com recursos afetos expressamente à ED.

Quanto à sua integração ou não em projetos e em que tipo de projeto podemos verificar que no âmbito do objetivo 3 há a salientar, comparativamente a 2018, a manutenção da predominância das ESPA enquanto responsáveis pela implementação de ações, apesar de maioritariamente não inseridas em projeto.

[19] Alfândega da Fé, Amadora, Cascais, Estarreja, Faro, Fundão, Grândola, Loures, Maia, Marinha Grande, Matosinhos, Miranda do Corvo, Moita, Odivelas, Oeiras, Ourém, Palmela, Seixal, Setúbal, Torres Vedras e Vila Nova de Poiares.

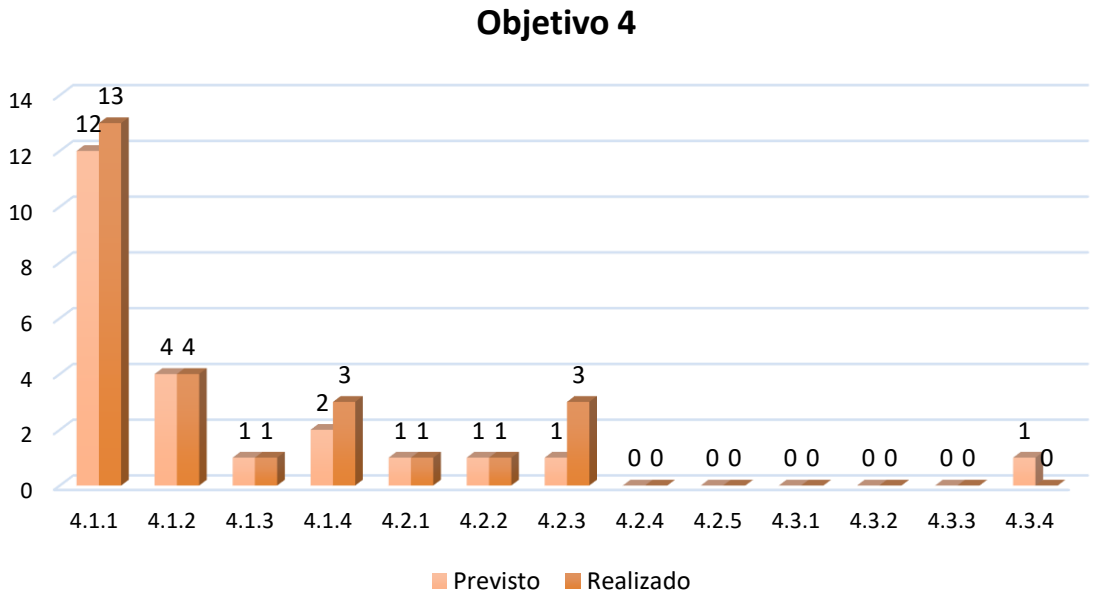
Objetivo 3



	ESPA	Associadas da ARIPESE	Associadas da PPONGD
Projeto ED	6	0	0
Outro tipo de projeto	2	0	0
Não inseridas em Projeto	132	0	1

○ Objetivo 4

Consolidar a implementação da ENED



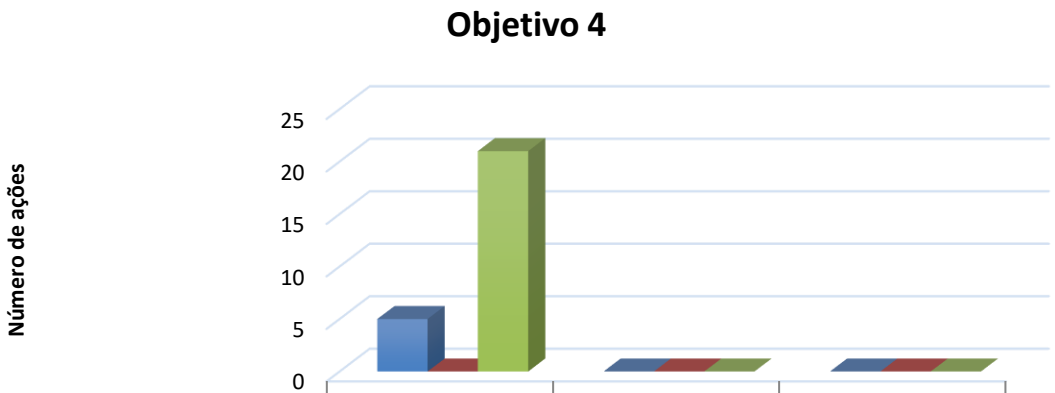
O objetivo 4 está direcionado para a "Consolidação da implementação da ENED" e apresentou um reporte de 26 (2%) ações, mantendo-se, dada a sua natureza, o objetivo que menos ações tinha previstas.

No âmbito da medida 4.1, que prevê o "Modelo institucional" de funcionamento, a cobertura está maioritariamente dentro do previsto, sendo que em alguns casos ultrapassou o previsto: na ação 4.1.1, "realização de sessões de trabalho colaborativo da Comissão de Acompanhamento da ENED (CA)" e na ação 4.1.4, apresentação de informação-síntese relevante para a execução da ENED em reuniões da CA e do grupo de ESPA, ultrapassou-se o valor previsto tendo sido levadas a cabo mais duas sessões, uma a mais em cada ação; na ação 4.1.2, "realização de sessões de trabalho colaborativo do grupo de ESPA" e na ação 4.1.3 "institucionalização de um secretariado que apoie a CA e o grupo das ESPA", os valores previstos foram totalmente cumpridos.

A medida 4.2 prevê o estabelecimento de um "Sistema de acompanhamento" da ENED e viu todas as suas ações a serem implementadas como previsto. A sua ação 1, **"**elaboração e publicação relatórios de acompanhamento da execução da ENED", é cumprida com a elaboração do presente relatório; foi criado e esteve em funcionamento interno, ou seja, acessível a ESPA e suas associadas, a plataforma de recolha e partilha de informações sobre

a implementação da ENED - http://www.ened-portugal.pt (ação 2). Neste sentido foram realizadas três sessões de trabalho colaborativo (mais duas do que o previsto), de formação em sala, para as ESPA, associadas e parceiras sobre implementação e reporte da implementação da ENED (ação 3).

As restantes ações da medida 4.2, bem como as ações respeitantes à medida 4.3, de promoção de uma "Cultura de avaliação na ENED", apenas estão previstas a partir de 2020, à exceção da ação 4.3.4 que estipulava a "criação de um grupo de reflexão sobre monitorização e avaliação de ED" e que ficou por implementar.



	ESPA	Associadas da ARIPESE	Associadas da PPONGD
Projeto ED	5	0	0
Outro tipo de projeto	0	0	0
Não inseridas em Projeto	21	0	0

O objetivo 4, dado o seu caráter focado na criação e implementação de mecanismos e dispositivos que garantam o funcionamento da ENED, quase não apresenta ações inseridas em projeto e apenas se refere a ações a desenvolver por elementos das ESPA.

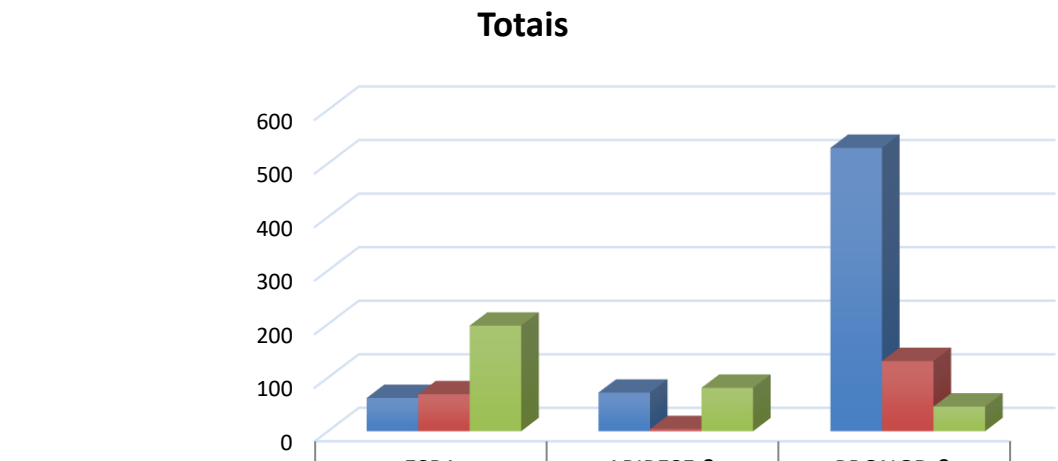
○ Medidas Transversais

Relativamente às Medidas Transversais (MT), realizou-se em 2019, tal como previsto, uma edição das Jornadas de ED (MT2). As Jornadas de ED subordinadas ao tema "A Educação para o Desenvolvimento nas Escolas", decorreram em Lisboa no dia 18 de maio de 2019, e contaram com a participação de 60 pessoas (45 do sexo feminino e 15 do sexo masculino) às quais foi conferido um certificado de participação. Esta ação, divulgada nos meios de comunicação digital, teve uma duração de 7 horas e foi organizada de forma colaborativa entre várias ESPA ou associadas das mesmas.

No que respeita ao Fórum de ED (MT1), a sua realização está prevista para o ano de 2022, não havendo, por isso, dados a reportar.

○ Análise por projeto

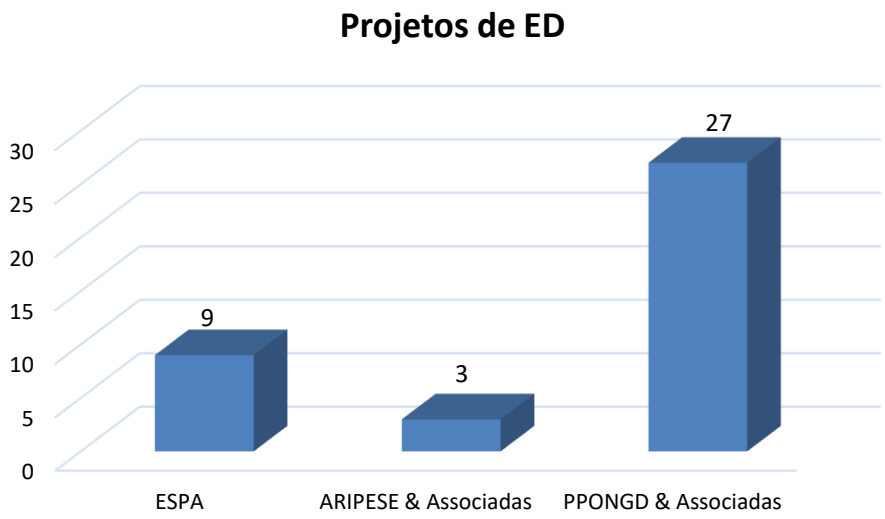
Uma vez que este documento estratégico está elaborado em termos de "ações" poderia correr-se o risco de se perder informação relativa à existência de projetos de ED. Não relegando para segundo plano a existência de ações avulsas, considera-se fundamental ter uma ideia global do número de projetos de ED que, à semelhança de 2018, enquadram a grande maioria das ações reportadas, como se pode ver no gráfico seguinte.



	ESPA	ARIPESE & Associadas	PPONGD & Associadas
Projeto ED	62	72	529
Outro tipo de projeto	69	4	131
Não inseridas em Projeto	197	81	46

A importância atribuída à existência de projetos organizados advém da assunção de vários fatores: de que estes conferem às atividades realizadas um tipo de enquadramento mais intencional e uma integração numa visão estruturada por parte dos atores implicados na sua implementação; são intervenções mais prolongadas no tempo, permitindo um maior nível de aprofundamento das temáticas, uma maior concertação das atividades e um envolvimento maior quer dos parceiros quer dos e das participantes; são testemunhas da existência de dispositivos de apoio financeiro à ED, dimensão contemplada pela ENED; e, por tudo isto, têm, potencialmente, um impacto diferente, seja em todos os atores envolvidos, seja no seu objetivo último de contribuir para a transformação social.

Considerou-se, assim, fundamental identificar quantos e que projetos enquadram as ações reportadas enquanto tal[20].



Após uma análise detalhada dos dados, foi possível identificar a existência de 27 projetos de ED implementados pela Plataforma das ONGD e suas associadas, 3 pelas associadas da ARIPESE e 9 pelas restantes ESPA.

Reforça-se a necessidade, identificada quando da elaboração do relatório relativo a 2018, de incluir nas futuras sessões de capacitação sobre a ENED a discussão conjunta com vista a uma melhor definição do que é considerado, neste enquadramento, por projeto de ED.

[20] Para mais informações sobre os projetos de ED reportados, consultar Anexo 4 “Apresentação dos projetos de ED reportados”.

4 – Análise dos indicadores por objetivo e por dimensão

Neste apartado, e a exemplo do relatório anterior, proceder-se-á à análise dos dados de cada objetivo aferindo os **indicadores gerais** que se encontram no Plano de Ação e os **indicadores específicos** para cada medida ou ação apresentados no documento "Notas Explicativas" que acompanha a ENED 2018-2022 e o seu Plano de Ação e que respondem às dimensões identificadas anteriormente – participação; territorial/geográfica; institucional; sexo; setor de atividade; temporal; disseminação e tipologia das ações.

Segundo o documento supracitado, o objetivo desta análise é o de "qualificar e contextualizar a concretização de cada medida, no sentido de se obter informação que permita tirar conclusões do contributo das ações realizadas para a transformação da sociedade (…)" (Notas explicativas, p. 1).

Optou-se por levar a cabo uma análise por objetivo, já que os indicadores gerais e específicos não são idênticos para todos os objetivos e que a tipologia de ações em cada um dos objetivos é muito diversa. Desta forma fica mais clara a caracterização das ações decorrentes no âmbito de cada um.

o Objetivo 1

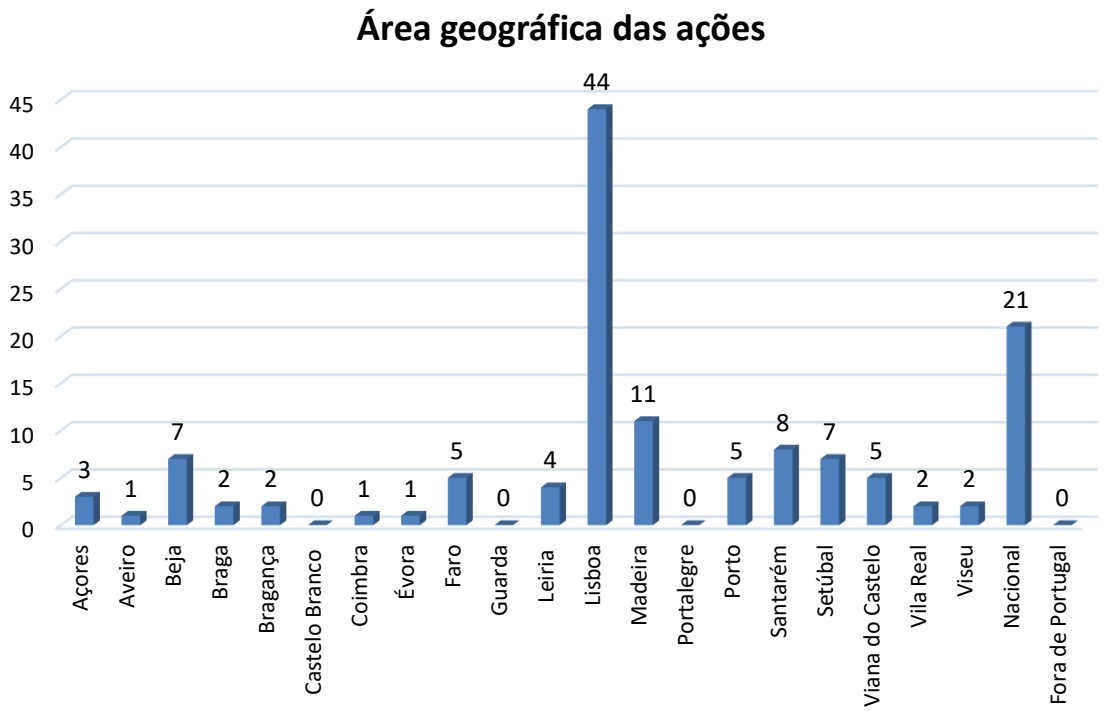
Como pudemos verificar anteriormente, no objetivo 1 "Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED" foi reportado um total de 233 ações.

Recorda-se que este objetivo é composto por 3 medidas:

- **Medida 1.1** – Formação de agentes educativos
- **Medida 1.2** – Capacitação de organizações
- **Medida 1.3** – Produção de conteúdos e recursos

No gráfico seguinte pode verificar-se a **distribuição geográfica** de 61 das 234 ações reportadas[21].

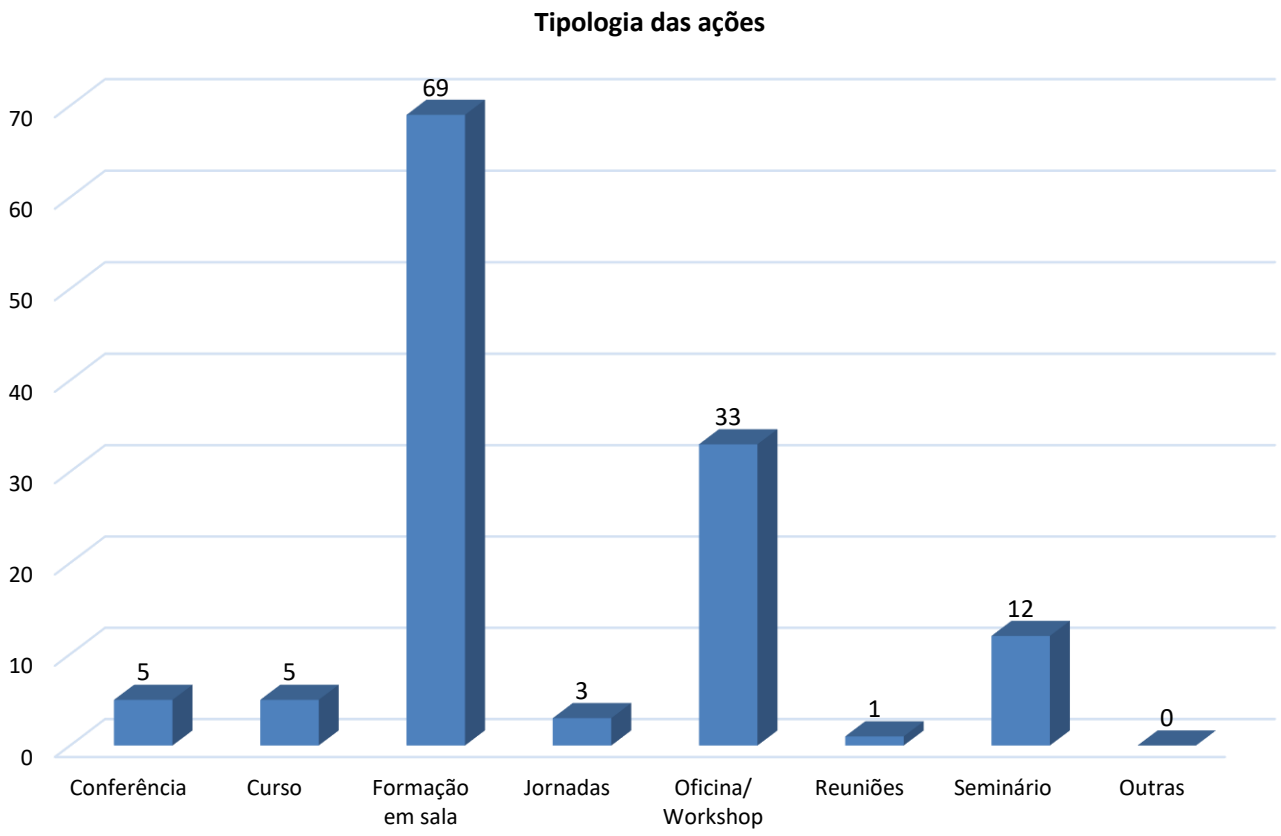
[21] Dados recolhidos em todas as ações da medida 1.1 e 1.2.



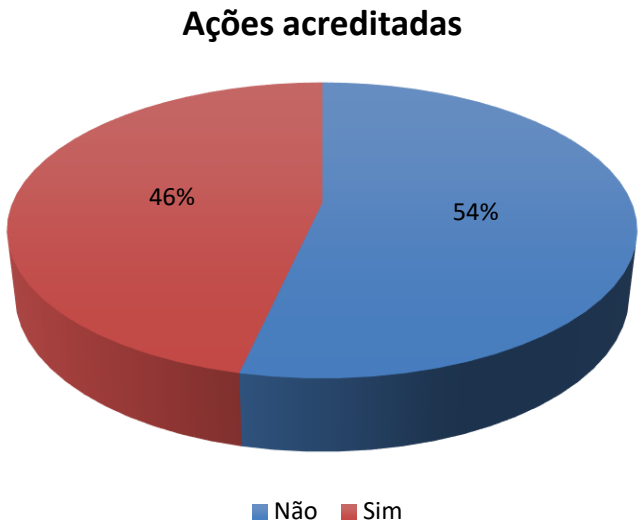
Lisboa mantém-se como o distrito com maior número de ações desenvolvidas, com valores distantes dos distritos seguintes. Em seguida, a Região Autónoma da Madeira e os distritos de Santarém (já destacado no ano anterior), Beja e Setúbal são as zonas que acusam um maior número de ações desenvolvidas. De salientar o aumento de reporte de ações de caráter nacional (de 9 para 21). Relativamente aos distritos para os quais não foram reportadas ações no ano passado, verifica-se que Évora, Vila Real, Viseu e Açores foram alvo de reportes e Portalegre se mantém sem ações reportadas para este objetivo. A este juntam-se os distritos de Castelo Branco e da Guarda.

Relativamente à **tipologia** das ações desenvolvidas[22] é de realçar o número de ações reportadas do tipo "formação em sala" (que teve um aumento de referências considerável – de 6 para 69) e de "oficinas/*workshops*". Para além das categorias visíveis no gráfico seguinte, foram ainda mencionadas 2 outras tipologias relacionadas com a opção "outra", a saber: "ciclo de debates" e "atividade prática de missão".

[22] Dados recolhidos nas ações 1.1.1; 1.1.2; 1.1.3; 1.2.3.

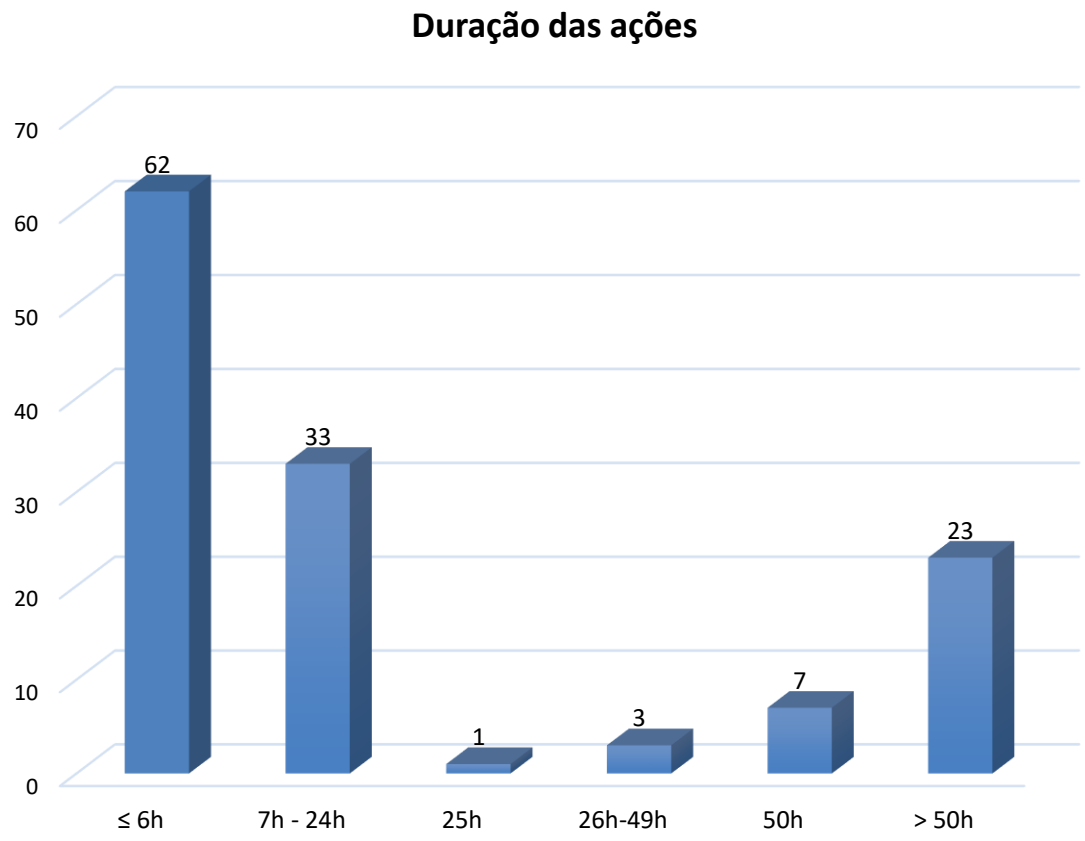


No que se refere especificamente à ação 1.1.2 "realização de ações de formação contínua de docentes de todos os níveis e ciclos de educação, ensino e formação, da educação pré-escolar ao ensino superior em matéria de ED", foram reportadas um total de 71 ações (no ano anterior tinham sido reportadas 49) das quais 33 (46%) são ações acreditadas por entidades competentes para o efeito e 38 (54%) são ações não acreditadas.



Em relação ao número de ações certificadas[23], indicador específico das ações 1.1.3 e 1.1.4, formação inicial e contínua de educadores/as e formadores/as de qualquer setor de atividade, não foi possível recolher dados por um lapso detetado no formulário de reporte que será corrigido a tempo do reporte de dados relativos ao ano de 2020.

Estas ações desenvolvidas no objetivo 1 tiveram uma **duração** variável. Dos 129 reportes[24] que apresentaram dados para este indicador específico, o número maior de ações (62) teve uma duração igual ou menor a 6 horas (como verificado já no ano de 2018), 33 ações tiveram uma duração compreendida entre 7 a 24 horas, 1 ação foi de 25h e 10 tiveram uma duração entre 25 a 50 horas. De salientar o valor expressivo de formações com mais de 50 horas.



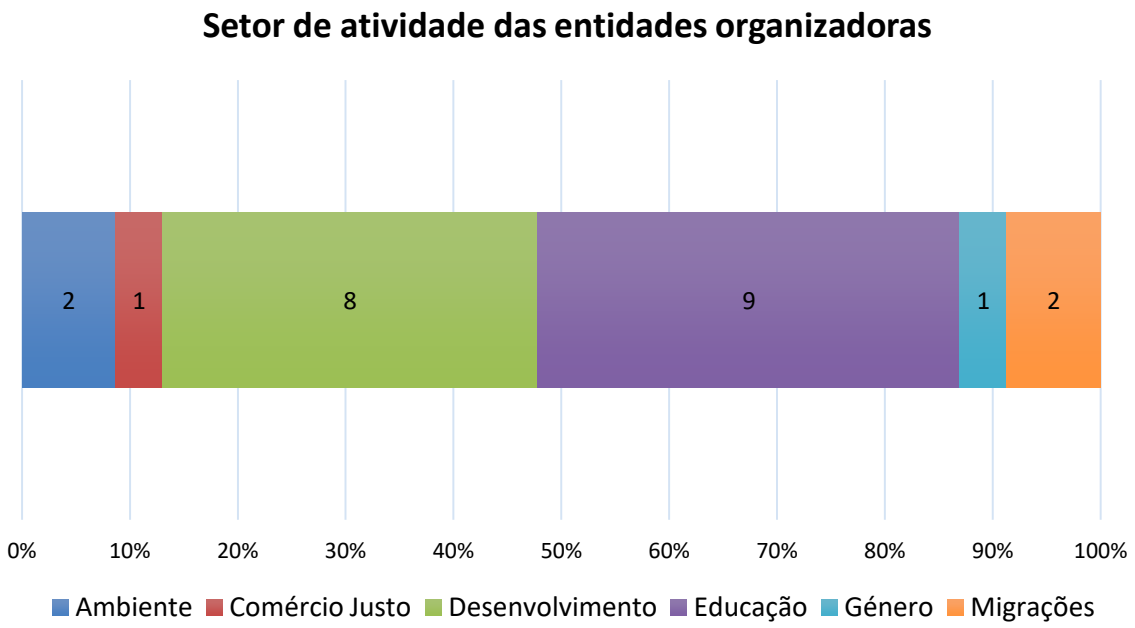
Em relação à medida 1.1.2, relativa à formação contínua de docentes, do total de 72 ações reportadas, 43 ações foram de curta duração: 22 ações de 3 horas, 10 ações de 4 horas, 1

[23] De acordo com o glossário que acompanha a ENED, "aquelas que respeitam um conjunto de requisitos e deveres que definem a qualidade da prestação do serviço de formação da entidade formadora, de acordo com a Portaria n.º 851/2010, de 6 de setembro, alterada e republicada pela Portaria n.º 208/2013, de 26 de junho, que regula o sistema de certificação inserida na política de qualidade dos serviços das entidades formadoras, gerido pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho e o regime supletivo de certificação regulada por legislação setorial, gerido por diversas entidades setoriais."

[24] Dados recolhidos nas ações 1.1.1; 1.1.2; 1.1.3; 1.1.4; 1.2.3.

ação de 5 horas e 7 ações de 6 horas. Foram ainda reportadas 3 ações entre 7 e 24h, 1 ação de 25horas, 2 ações entre 26 e 49 horas, 7 ações de 50 horas e 18 com mais de 50 horas.

Quanto ao envolvimento das ESPA e suas associadas na organização das ações respeitantes à formação inicial e contínua de docentes, educadores/as e formadores/as, às ações de capacitação e à produção de recursos e conteúdos sobre ED[25] é possível aferir o envolvimento de 23, distribuídas pelos seguintes **setores de atividade**:



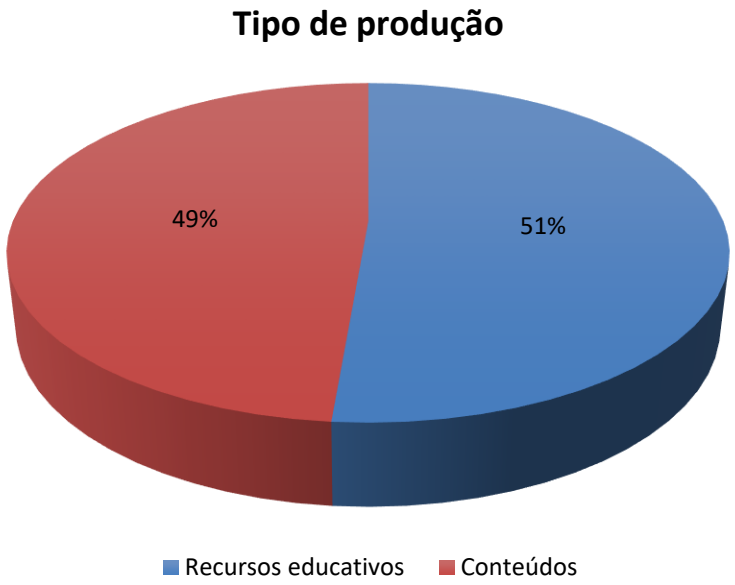
É de realçar que esta categorização do setor de atividade foi elaborada pelas autoras, com base na categorização utilizada nos documentos produzidos no âmbito da anterior ENED (2010-2015). Foi já identificada, no relatório relativo ao ano anterior, a necessidade da inserção de uma questão no instrumento de recolha de dados que permita que cada entidade faça a sua própria categorização, alteração que será realizada no processo para o reporte de ações promovidas em 2020.

Da análise do gráfico importa salientar, à semelhança dos dados anteriores, a grande predominância de organizações ligadas ao mundo do Desenvolvimento e da Educação, ainda que, este ano, com uma ligeira preponderância da área da Educação. Em relação à ação 1.2.1, foram reportadas 4 ações, nas quais participaram o ACM, o CICL, a CIG, a PpDM e a PPONGD. Na ação 1.2.2, foram comunicadas 19 ações e na ação 1.2.3, foram identificadas 14 ações.

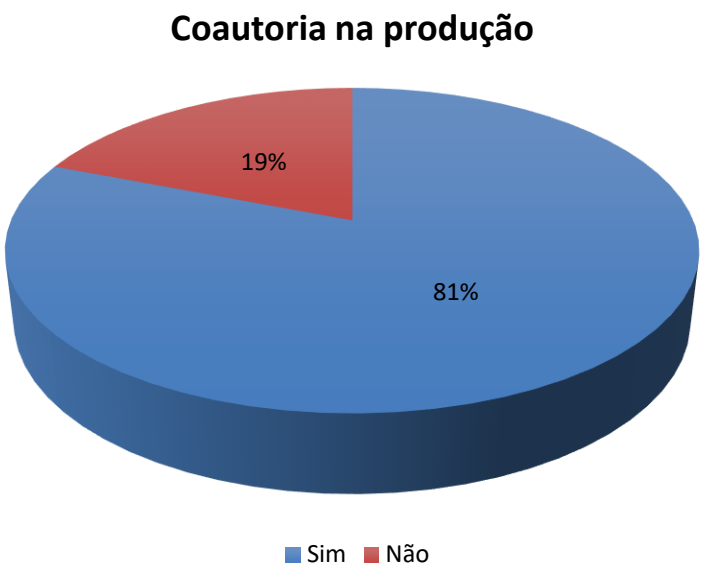
Importa, de seguida, aprofundar a medida 1.3, sobre a "Produção de conteúdos e recursos", uma vez que para as ações que a constituem foram solicitados indicadores específicos. No

[25] Dados recolhidos nas ações 1.1.1; 1.1.2; 1.1.3; 1.1.4; 1.2.3; 1.3.1.

âmbito da ação 1.3.1 desta medida, mantém-se o grande equilíbrio entre os vários **tipos de produção** uma vez que 51% (19) referem-se a recursos educativos e 49% (18) a conteúdos, ambos sobre ED.



Relativamente à "produção de conteúdos científicos sobre ED" (ação 1.3.2), os artigos e livros científicos (16) mantêm-se como o **tipo de conteúdo** mais produzido, seguindo-se as teses doutoramento e dissertações de mestrado defendidas (3). Contabiliza-se ainda 1 projeto de investigação sobre ED e 1 indicação de outros conteúdos científicos, não especificados, considerados como bibliografia cinzenta. De referir que 81% (17) destes conteúdos científicos foram produzidos em **coautoria**, reforçando os valores desta prática (no ano anterior tinham sido 59%). Dos dados recolhidos, é possível ir mais além e identificar que destes, 10 foram produzidos entre académicos e 3 entre académicos e não académicos.



Foi ainda questionado qual o número de conteúdos publicados com **revisão por pares**, sendo que foram identificados 9, livros e artigos científicos.

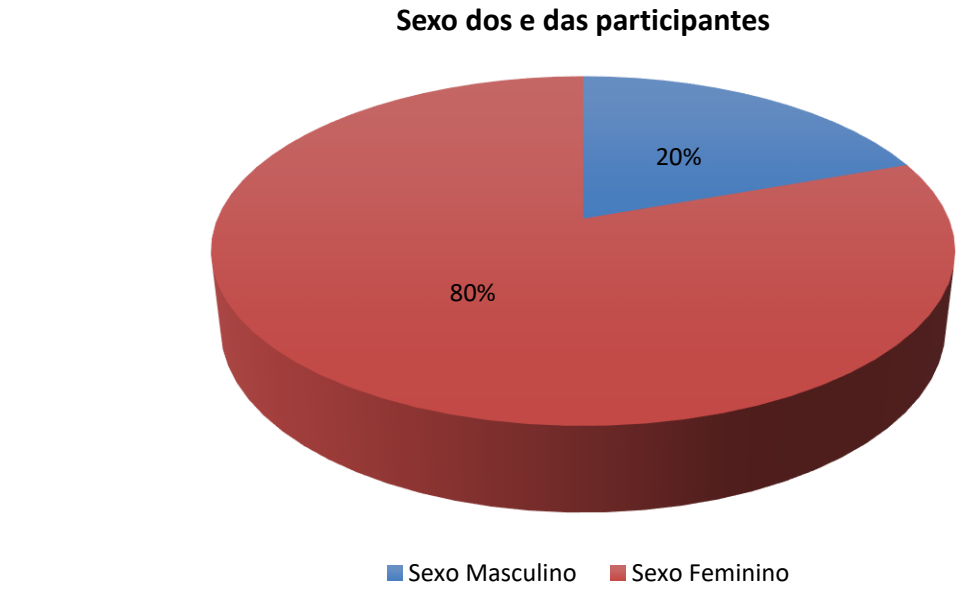
Continuando no âmbito da medida 1.3, a ação 1.3.3 foca a "disseminação de conteúdos e recursos produzidos no âmbito desta medida". Através dela, verificamos que foram disponibilizados e disseminados 24 recursos educativos e conteúdos; 10 artigos e livros científicos; 7dissertações de mestrado/doutoramento e 1 outro conteúdo científico não discriminado.

Relativamente ao meio de **disseminação** dos conteúdos e recursos foi possível apurar os seguintes dados: 13 foram divulgados através de canais de comunicação social convencional (foram nomeados jornais, rádio e televisão) e 36 por canais da comunicação social digital (foram referidos o *Facebook*, o *Website*, o *Instagram*, o *Twitter* e *outros*). Não foi possível apurar o número de disponibilizações por tipo de meio de comunicação por falta de dados.

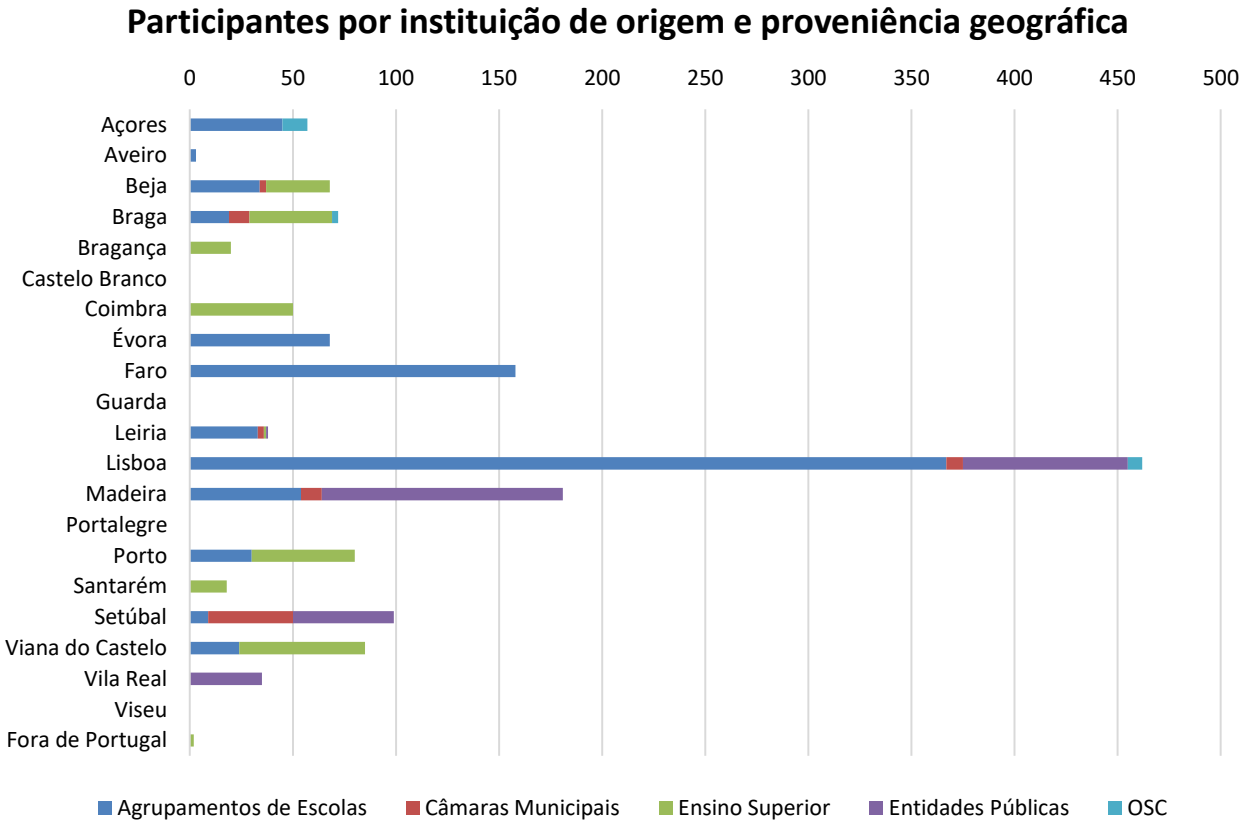
Uma das dimensões transversais de análise é a da **participação**[26]. Nos dados relativos às medidas 1.1 e 1.2, foi possível apurar a participação de 3636 pessoas.

Os dados permitiram identificar o **sexo** de 1501 participantes, dos 3636 referidos anteriormente, de acordo com o gráfico abaixo, com uma clara predominância de elementos do sexo feminino (1208).

[26] Dados recolhidos nas ações 1.1.1; 1.1.2; 1.1.3; 1.1.4; 1.2.3.



Relativamente aos indicadores específicos que visam recolher informações sobre o número de participantes **por instituição de origem e por proveniência geográfica**, foi possível recolher informações sobre 1496 pessoas (para o ano anterior apenas tinha sido possível recolher dados apenas de 373, num total de 3042), sendo a sua distribuição como se pode ver no gráfico seguinte.



A análise dos dados permitiu estabelecer cinco categorias de **tipologias de instituições** – agrupamentos de escolas, entidades públicas, ensino superior, câmaras municipais e organizações da sociedade civil – sendo o número de referências decrescente por esta ordem. Os distritos mais referidos são Lisboa, muito destacada e seguindo as tendências gerais da análise geográfica das ações, seguido da Região Autónoma da Madeira e dos distritos de Faro, Setúbal, Viana do Castelo e Porto.

o Objetivo 2

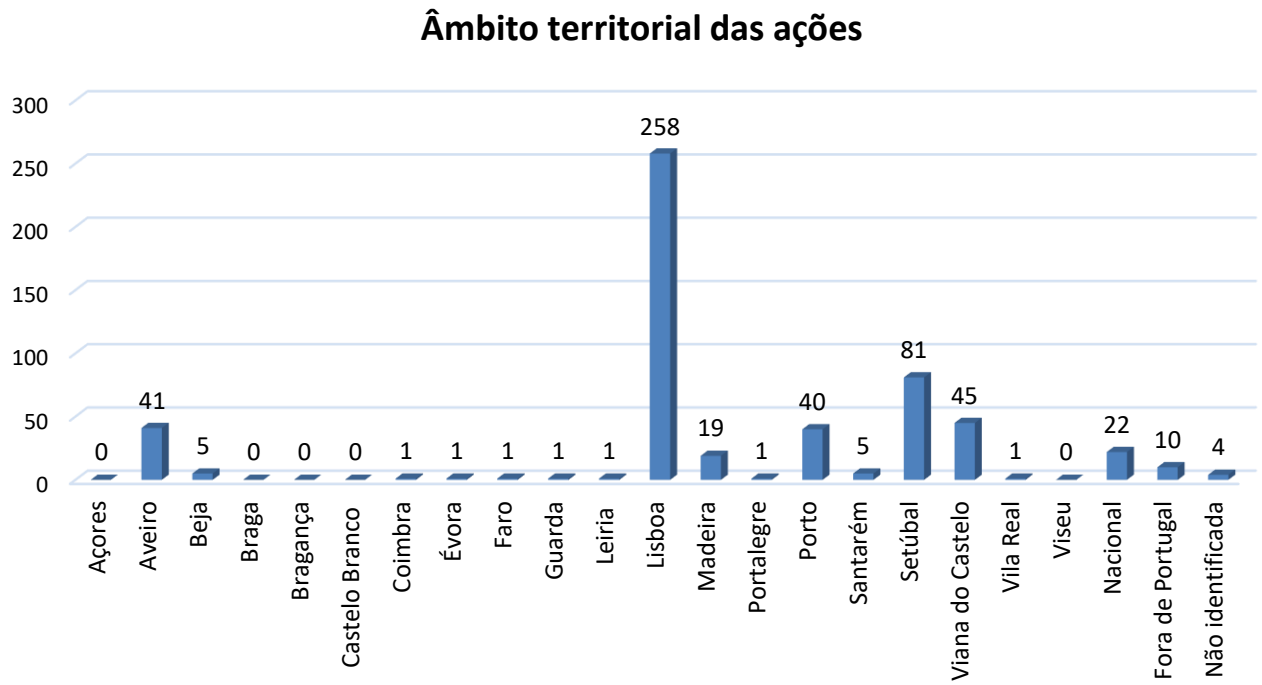
Como exposto anteriormente, o objetivo 2, no qual se pretende "Alargar o alcance e a qualidade da intervenção em ED", alcançou um reporte de 790 ações, sendo o objetivo que recolheu o maior número de ações. Neste objetivo estão previstas as seguintes medidas:

- **Medida 2.1** - Reforço da integração da ED no sistema educativo
- **Medida 2.2 -** Fortalecimento da ED nos contextos de Educação Não Formal
- **Medida 2.3 -** Promoção de iniciativas de concertação para a melhoria das políticas
- **Medida 2.4** - Envolvimento dos meios de comunicação social
- **Medida 2.5** - Participação internacional

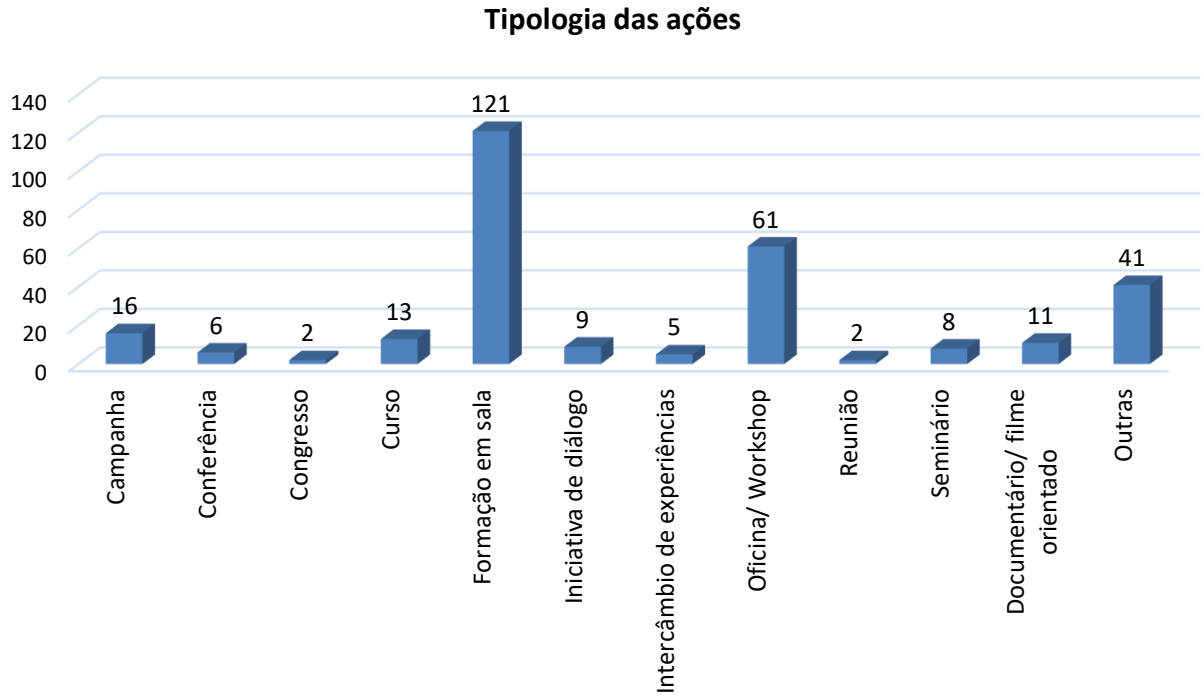
A grande diversidade de medidas e de ações envolvidas neste objetivo origina uma multiplicidade de indicadores gerais e, sobretudo, de indicadores específicos os quais se abordarão durante esta secção.

Relativamente à **dimensão territorial** das ações reportadas neste objetivo, pode verificar-se, no gráfico seguinte, a distribuição geográfica das ações para as quais é pedida esta indicação[27]. Importa salientar a expressividade das ações reportadas referentes ao distrito de Lisboa. Note-se, apesar da distância que separa os valores, os dados relativos a Setúbal, Viana do Castelo, Aveiro e Porto. Atente-se que houve um decrescimento no número de territórios para os quais não foram reportadas ações, de nove, em 2018, para cinco, em 2019 (Açores, Braga, Bragança, Castelo Branco e Viseu).

[27] Dados recolhidos nas ações 2.1.1; 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.3; 2.4.1.



No que concerne à **tipologia das ações**[28], em 295 ações foi possível verificar a seguinte distribuição:



[28] Dados recolhidos nas ações 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.2; 2.3.3; 2.4.1.

Os valores recolhidos para o ano de 2019 são bastante mais expressivos que os comunicados em 2018, passando a haver uma grande predominância da categoria "formação em sala". Em seguida, com cerca de metade das referências, apresentam-se as oficinas/*workshops.* De realçar a diminuição de valores da tipologia "campanha". Na categoria "outra" foram nomeados "ciclos de debate", "Escola de Verão", "manifestação pública/greve" e a "COP21".

A **dimensão da participação** é outro indicador transversal, pedido sempre que possível. Assim, e relativamente ao objetivo 2, foi possível quantificar 771.125 participantes[29], sendo 700.000 reportados por uma única ação no âmbito do projeto Eco-escolas. No entanto, apenas nos foi possível identificar, através dos dados recolhidos, a distribuição geográfica[30] de 13.839 participantes (que representa aproximadamente 1,8% do total de participantes envolvidos nas ações que pedem este indicador, mas 19,5% se contarmos apenas os 71.125 participantes em todas as ações que não o projeto Eco-escolas). Chamando a atenção para a reduzida representatividade deste valor, apontamos apenas algumas tendências verificadas: cerca de 72,8% dos participantes reportados são de Lisboa; seguem-se, a uma distância muito significativa, e por ordem decrescente, participantes de Aveiro (4,4%), Porto (4,3%), Braga e Setúbal (4,1%), Faro (3,6%), Viana do Castelo (1,7%) e da Madeira (1,1%). Com menos de 1% de participantes identificam-se Beja, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora e Leiria. A exemplo do ano anterior, também se verificam territórios sem registo de participantes: Açores, Guarda, Portalegre, Santarém, Vila Real e Viseu.

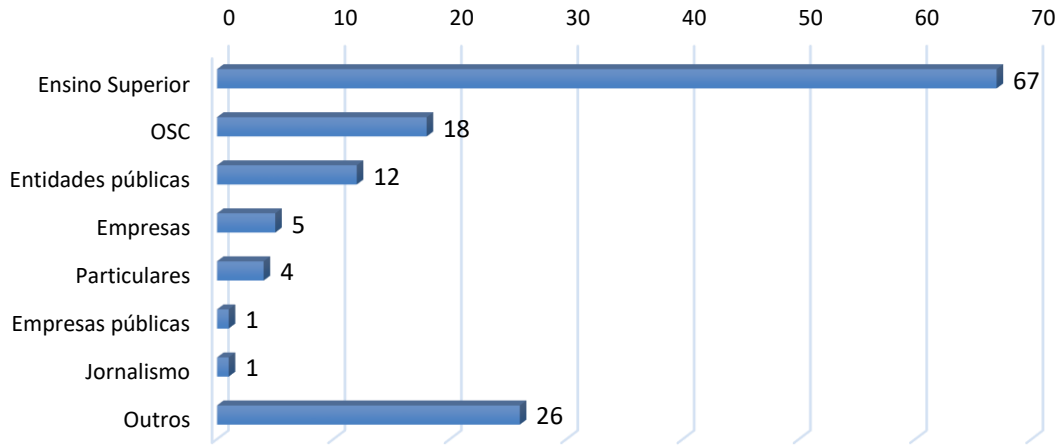
Relativamente às ações referentes à participação internacional (2.5), foi possível identificar a participação de 134 residentes em Portugal em iniciativas fora de Portugal, tendo sido ainda possível determinar a participação em eventos em Portugal por 104 pessoas de outros países (ação 2.5.2), nomeadamente de Angola, Cabo verde e da Guiné-Equatorial, do continente africano, da Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, México, Uruguai e Venezuela, da América Latina, e da Áustria, Bulgária, Espanha, Hungria, Irlanda, Itália, Países Baixos, Reino Unido e República Checa, do continente europeu.

Analisando a filiação institucional dos e das 134 participantes em iniciativas de intercâmbio de experiências e conhecimentos fora de Portugal (2.5.1), pode observar-se que 50% provêm de entidades do ensino superior, seguindo-se das organizações da sociedade civil (13,5%) e de entidades públicas (9%). De salientar as outras categorias que emergiram, embora com valores menos expressivos: empresas, particulares, empresas públicas e meios de comunicação social. Importa referir ainda a emergência da categoria outras, com uma percentagem considerável (19,4%).

[29] Dados recolhidos nas ações 2.1.1; 2.1.2; 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.2; 2.3.3; 2.5.1; 2.5.2.

[30] Dados recolhidos nas ações 2.1.1; 2.1.2; 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.2; 2.3.3; 2.5.2.

Participantes por instituição de origem (2.5.1)

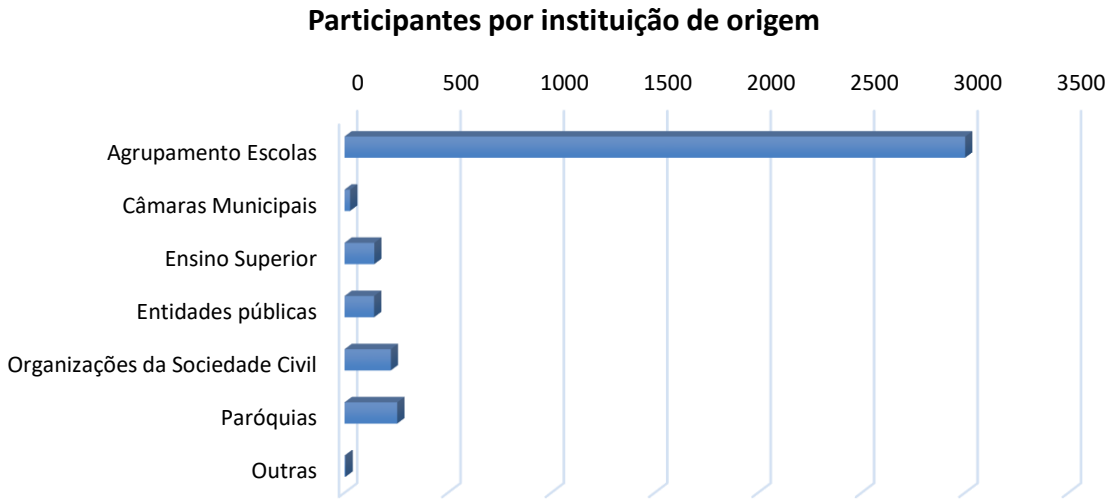


No que concerne ao indicador relativo ao **sexo** foi possível recolher dados fidedignos para 24.379 participantes[31], o que representa 3,2% do total (no relatório anterior obtivemos de apenas 0,25%). Apesar da pouca representatividade dos dados, verifica-se que as tendências se mantêm, com 62% da participação de elementos do sexo feminino e 38% de elementos do sexo masculino.

Prestando atenção ao indicador relativo à **filiação institucional** dos e das participantes, foi possível analisar a proveniência de 3799 (contra 670 recolhidos no ano anterior) participantes (de 30.905)[32], o que representa 12,3% do total de participantes reportados para as ações em causa. Analisando os dados obtidos podemos concluir que a grande maioria dos e das participantes nas ações levadas a cabo no âmbito do objetivo 2, em 2019, pertence a agrupamentos de escolas (79%), seguido, com valores bastante inferiores, por participantes de paróquias (6,7%), categoria que surge pela primeira vez, e organizações da sociedade civil (5,9%), que no relatório relativo a 2018 surgia com o maior número de participantes. Por ordem de expressividade, podem referir-se, ainda, participantes do ensino superior (3,8%), de entidades públicas (3,8%), de municípios (0,7%), e, por último, de "outras" tipologias de instituições (0,1%), nomeadamente "meios de comunicação social" e "empresas".

[31] Dados recolhidos nas ações 2.1.1; 2.1.2; 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.2; 2.3.3; 2.5.1; 2.5.2.

[32] Dados recolhidos nas ações 2.2.1; 2.2.2; 2.3.3; 2.4.1; 2.5.2.



Atendendo aos indicadores específicos, foram identificadas, para a ação 2.1.2, "realização de sessões de divulgação do Referencial de Educação para o Desenvolvimento - Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário a docentes e outros agentes educativos", a realização de 13 sessões que decorreram, por ordem crescente: uma sessão em Évora, uma em Faro, uma em Portalegre, uma no Porto e uma em Setúbal; duas sessões em Leiria; três sessões em Lisboa e três em Viana do Castelo.

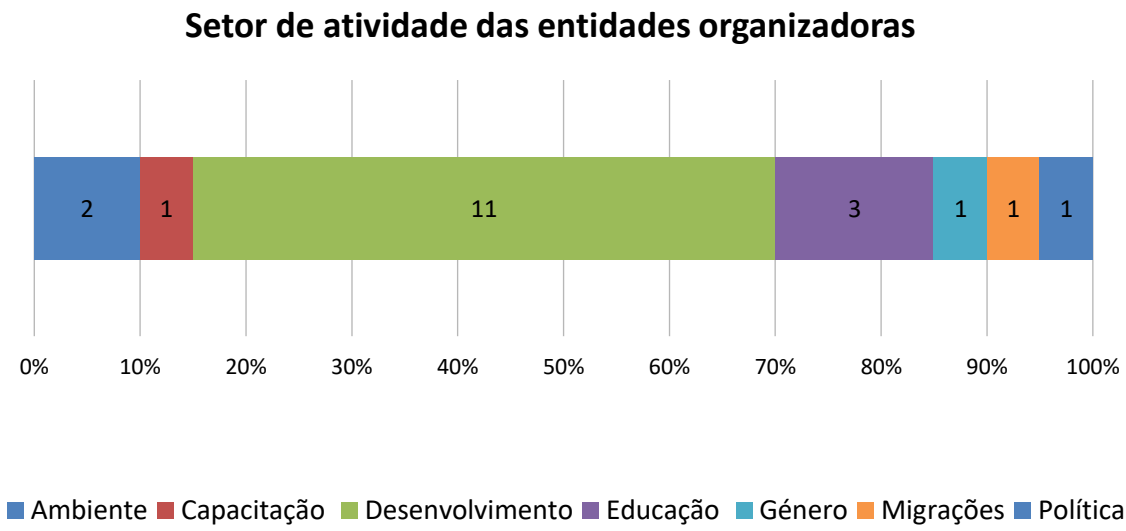
Respondendo ao indicador referente ao **número de ESPA e suas associadas ou parceiras envolvidas na organização das ações** 2.1.1 e 2.1.2, ligadas à promoção de projetos e outras iniciativas nos estabelecimentos de educação, ensino e formação e à divulgação do Referencial de ED, é possível identificar a presença de 45 entidades dinamizadoras, o que representa um reforço relativo às 23 identificadas no relatório de 2018. Importa salientar que, nesta medida, 283 das ações reportadas apresentavam dados sobre a implementação, ou não, em parceria e os resultados recolhidos indicam que 63% envolvem entidades parceiras.

A medida 2.3, dedicada às iniciativas de concertação para a melhoria das políticas, atenta, entre outros indicadores, no **número de participantes por proveniência**. No entanto, apesar de terem sido comunicadas 51 ações nesta medida, não foram reportados dados que permitam fazer uma análise relativamente aos titulares de órgãos de soberania eletivos, do governo, das regiões autónomas e do poder político local (ação 2.3.1), nem aos participantes dos membros nacionais dos órgãos políticos europeus (ação 2.3.2).

Relativamente a estas duas medidas interessava ainda saber a sua **periodicidade**. Das 45 ações reportadas foi possível recolher informação de 43. Destas, oito indicaram serem

iniciativas que decorrem todos os anos, tendo 35 indicado "outra periodicidade", tendo 30 indicado serem pontuais, sendo que as restantes 5 não apresentaram mais indicações.

Para melhor poder caraterizar o papel das ESPA e suas associadas envolvidas na dinamização de atividades, importa perceber qual o **setor de atividades** das mesmas. Assim, e para as ações ligadas às medidas 2.2, "Fortalecimento da ED nos contextos de Educação Não Formal", e 2.3 "Promoção de iniciativas de concertação para a melhoria das políticas", foi pedida essa informação[33]. Através dos dados obtidos foi possível elaborar o gráfico seguinte:



A análise da informação do gráfico[34] permite afirmar a relevância das entidades ligadas ao Desenvolvimento (ONGD), à Educação e ao Ambiente. Surgem ainda, com valores menos expressivos (1 referência) entidades ligadas à Capacitação, ao Género, às Migrações e à Política.

No que diz respeito à medida 2.4 "Envolvimento dos meios de comunicação social", foram reportados 320 conteúdos (em 2018 tinham sido reportados 245) para integrar a ação 2.4.2 "publicação de conteúdos sobre Educação para o Desenvolvimento em meios de comunicação social internacional, nacional, regional e local, incluindo nas redes sociais". Dos dados recolhidos, identificou-se que 177 publicações foram em **meios de comunicação social** convencionais e 143 foram em redes sociais. Relativamente às partilhas digitais, foram identificadas 345 partilhas, distribuídas da seguinte forma: 255 através do *Facebook*, *Twitter*,

[33] Dados recolhidos nas ações 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.2; 2.3.3.

[34] Chama-se a atenção para o alerta realizado anteriormente - esta categorização do setor de atividade foi elaborada pelas autoras, com base na categorização utilizada no âmbito da anterior ENED. Para uma maior fiabilidade dos dados foi identificada a necessidade da inserção de uma questão no instrumento de recolha de dados relativo a 2020 que permita que cada entidade faça a sua própria categorização.

Linkedin e correio eletrónico e 33 através dos jornais, de revistas *online*, da rádio e da televisão. Para 57 ações não são indicados os canais.

Relativamente à autoria dos conteúdos, não foi possível recolher dados suficientes, tendo apenas sido dada a indicação do **sexo** masculino de três autores e a **filiação institucional** de quatro – uma pessoa pertencendo a uma rádio (Antena 1), duas pertencendo a um jornal (Público) e uma pertencendo a uma organização da sociedade civil (ONGD). Esta é uma das poucas situações para a qual o relatório de 2018 apresentava mais dados.

○ Objetivo 3

No objetivo 3, dedicado a "Afirmar a importância e promover a transversalização da ED", foram reportadas, como indicado anteriormente, 141 ações. Neste objetivo estão previstas as seguintes medidas:

- **Medida 3.1 -** Reconhecimento formal da ED
- **Medida 3.2 -** Articulação nacional na tomada de decisões
- **Medida 3.3** - Articulação internacional na tomada de decisões
- **Medida 3.4** - Mobilização de recursos adequados à intervenção

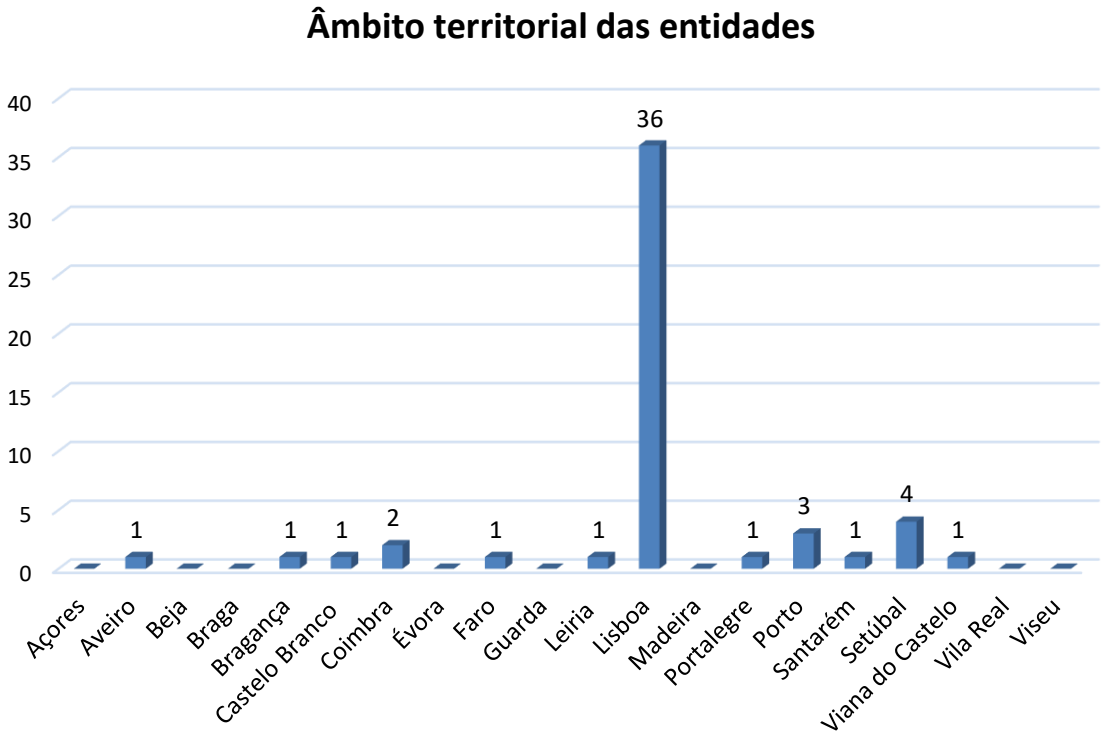
Dada a especificidade do objetivo 3 e dos seus indicadores, achou-se melhor proceder a uma análise detalhada indo quase ao nível de cada uma das ações.

A medida 3.1 refere o reconhecimento formal da ED em documentos estratégicos e operacionais seja "por parte de órgãos de soberania eletivos, do governo, das regiões autónomas e do poder local" (3.1.1), seja "por parte de entidades públicas e da sociedade civil" (3.1.2). Os dados relacionados com esta medida foram reportados por membros da Comissão de Acompanhamento. Relativamente à ação 3.1.1, é possível identificar os 21 municípios pertencentes à Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento (RICD) que subscreveu o Plano de Ação das ENED 2018-2020. No que diz respeito à ação 3.1.2, a CA reportou 16 ESPA, 11 ONGD que implementam projetos de ED apoiadas pelo Camões, I.P. e 5 outras entidades com projetos apoiados pela Comissão Europeia.

Se analisarmos a **tipologia das entidades**, verifica-se que 16 são as próprias ESPA, 23 estão ligadas ao poder municipal, 13 são organizações da sociedade civil e 1 está ligada ao ensino superior.

Quanto ao **tipo de evento e/ou documento** que foi assinado, é possível reconhecer que um dos documentos é o protocolo assinado pelas ESPA para implementação do Plano de Ação da ENED 2018-2022, em Lisboa, em novembro de 2018; 20 são documentos de projetos nacionais ou internacionais e 11 são os estatutos dos municípios pertencentes à RICD.

O exercício de identificar a **área geográfica** das entidades permite-nos perceber que a grande maioria se concentra em Lisboa. São, a uma grande distância, nomeados também os distritos de Setúbal (4), Porto (3), Coimbra (2), e, com apenas uma entidade referida, Aveiro, Bragança, Castelo Branco, Faro, Leiria, Portalegre, Santarém e Viana do Castelo. Todos os outos territórios não apresentam referências.



Um dos indicadores pedidos para a medida 3.1 é o de identificar o número de entidades que se reconhecem formalmente ligadas ao setor da Educação. No entanto, e porque esta medida é reportada pela CA e não pelas próprias entidades, considera-se inviável recolher dados que respondam a este indicador. Este facto será tido em conta no processo de reporte de dados relativo a 2020.

As medidas 3.2 e 3.3, vocacionadas, respetivamente, para a articulação nacional e internacional na tomada de decisões, têm como indicador o número de participantes. No entanto, apenas pudemos identificar a **participação** de 294 pessoas, através de 7 ações reportadas através da 3.3.1 uma vez que a medida 3.2 não tem dados reportados em 2019. Não foram reportados dados sobre o sexo das mesmas.

Relativamente à **filiação institucional**, os dados reportados, por falta de informação, apenas permitem aferir que 14 dos e das participantes provêm de instituições nacionais e 108 de instituições internacionais.

Analisando com mais detalhe os indicadores relativos às ações da medida 3.1, podemos identificar que: i) 3.3.1 – foram realizadas 7 reuniões com a participação de representantes portugueses nos âmbitos da Comissão Europeia (programa DEAR – *Development Education and Awareness Raising*), da cooperação ibero-americana, do *HUB4* da CONCORD e do GENE, reportadas pela Comissão de Acompanhamento ou pelos seus membros (CIDAC e Plataforma das ONGD); ii) 3.3.2 – foram elaborados 10 documentos relacionados com a participação de Portugal em âmbitos internacionais relevantes, nomeadamente 6 relatórios (dois de reuniões internacionais, três sobre o estado da Educação Global nos países europeus e um sobre o programa DEAR em Portugal), 1 programa ibero-americano em Cidadania Global e 3 contributos portugueses para documentos internacionais (novo Instrumento da UE de Cooperação para o Desenvolvimento 2021-2027, Resolução da Assembleia-Geral da ONU *Education for sustainable development in the framework of the 2030 Agenda for Sustainable Development* e Programa do CAD-OCDE para a Comunidade de Prática sobre Sociedade Civil.

A medida 3.4 está direcionada para a "Mobilização de recursos adequados à intervenção", sejam eles afetos expressamente à ED (3.4.1) ou não (3.4.2).

Em relação aos recursos afetos expressamente à ED (ação 3.4.1) conclui-se o reporte de 2 instrumentos financeiros dedicados expressamente à ED pelo CICL[35] sendo 8 programas, 16 projetos e uma outra ação financiada por estes instrumentos.

Como se verifica no quadro, contabilizam-se ainda 41 ESPA e suas associadas com recursos afetos expressamente à ED, sendo que, como explicado no relatório anterior, este dado é aferido a partir do número total de entidades que reportam ações realizadas.

Tipo de recurso afeto expressamente à ED		Número
Instrumentos financeiros afetos à ED		2
Programas, projetos e outras ações financiados por estes instrumentos financeiros	Programas	8
	Projetos	16
	Outras ações	1
ESPA e suas associadas com recursos afetos à ED		40

[35] Apresenta-se no Anexo 5 os "Dados relativos aos projetos aprovados na fase de candidatura de 2019, na linha de financiamento do CICL para projetos de ED".

A ação 3.4.2 refere-se à mobilização de recursos não afetos expressamente à ED. Neste contexto foi reportada, pelo CICL, uma linha de cofinanciamento de conferências, seminários e estudos, que apoiou 7 projetos.

o Objetivo 4

O objetivo 4 pretende "Consolidar a implementação da ENED" e tem previstas, para o ano de 2019, 23 ações, tendo sido realizadas 26.

Neste objetivo, dedicado à operacionalização do dispositivo de acompanhamento da ENED, estão previstas, para o ano ao qual se reporta este relatório, as seguintes medidas:

- **Medida 4.1** Modelo institucional
- **Medida 4.2**. Sistema de acompanhamento

No âmbito do modelo institucional da presente ENED (medida 4.1), realizaram-se 16 reuniões e/ou sessões da CA (4.1.1) e das ESPA (4.1.2), uma a mais do que o previsto, com vista ao trabalho colaborativo em matéria da ENED 2018-2022. Em dois dos três encontros das ESPA, promovidos pela CA, foi apresentada informação-síntese relevante sobre a execução da ENED (4.1.3).

Nas 13 sessões de trabalho da CA, participaram os representantes das 4 ESPA[36] que a constituem (CICL; DGE; PPONGD; CIDAC). Nas 3 sessões de trabalho colaborativo do grupo de ESPA contaram-se 49 presenças no total, de 26 pessoas diferentes[37] - na sessão realizada em março, estiveram presentes 17 pessoas[38], 14 do sexo feminino e 3 do sexo masculino; na sessão realizada em junho, estiveram presentes 17 pessoas[39], 11 do sexo feminino e 6 do sexo masculino e no encontro de dezembro, estiveram presentes 15 pessoas[40], 11 do sexo feminino e 4 do sexo masculino. Relativamente à proveniência geográfica destes e destas participantes foi possível verificar que 21 (80,8%) chegam de Lisboa, 2 deslocam-se de Bragança, 1 provém de Beja, 1 do Porto e 1 de Viana do Castelo.

[36] Dados recolhidos nas ações 4.1.1; 4.1.2.

[37] Dados recolhidos nas ações 4.1.2 e 4.1.4.

[38] Em representação do ACM, da ANIMAR, da APA, da APEDI, da ARIPESE, do CEAUP, do CICL, do CIDAC, da CIG, da CNU, da CPADA/ASPEA, da DGE, da ESE-IPVC, da PpDM, da PPONGD e da RICD.

[39] Em representação do ACM, da ANIMAR, da APA, da APEDI, da ARIPESE, do CEAUP, do CICL, do CIDAC, da CIG, da CNU, da CPADA/ASPEA, da DGE, da ESE-IPVC, e da PPONGD.

[40] Em representação da ANIMAR, APA, da APEDI, da ARIPESE, do CEAUP, do CICL, da CPADA/ASPEA, da DGE, da ESE-IPVC da PpDM, da PPONGD e da RICD.

Neste âmbito foi ainda realizada uma ação de capacitação denominada *Direitos das Mulheres e Desenvolvimento: a construção da igualdade social,* da responsabilidade da CIG e da PpDM, em duas sessões de 7 horas cada uma, nas quais participaram 34 pessoas (84% mulheres e 16% homens) provenientes do CICL, da PPPONGD, do ACM e do CNJ.
Em 2019, e de acordo com o previsto na ação 4.1.3, foi criado um secretariado de apoio à CA e ao grupo das ESPA, em funcionamento a partir do mês de janeiro.

No que respeita ao sistema de acompanhamento (medida 4.2), mais especificamente à ação "elaboração e publicação relatórios de acompanhamento da execução da ENED" (ação 1), considera-se que esta medida fica concluída com a elaboração e publicação do presente relatório de acompanhamento que respeita ao ano 2019. Relativamente à ação 4.2.2, que previa a "criação e atualização de uma plataforma de recolha e partilha de informação sobre a implementação da ENED", reporta-se que esta foi criada, já que a "área reservada" destinada ao instrumento de recolha de dados que alimenta o sistema de acompanhamento e monitorização da ENED se encontra alojada na mesma, no entanto, foi decidido não proceder à sua divulgação pública em 2019, sendo apenas partilhada com o grupo das ESPA e das outras entidades convidadas a reportar.

Para cumprimento da ação 4.2.3, realizaram-se três sessões de trabalho colaborativo, de formação em sala, para as ESPA e suas associadas, sobre implementação e reporte da implementação da ENED, dinamizadas pelos membros do secretariado de apoio à ENED, do CEAUP e da ESE-IPVC, duas instituições ligadas ao ensino superior:

- uma sessão de formação em sala, decorrida em Lisboa, contou com a participação de 17 pessoas, 11 do sexo feminino e 6 do sexo masculino, das seguintes ESPA: ACM, ANIMAR, APA, APEDI, ARIPESE, CICL, CIDAC, CIG, CNU, CPADA/ASPEA, DGE e PPONGD;

- uma sessão de formação em sala, decorrida em Lisboa, para associadas da PPONGD, contou com a participação de 10 pessoas, 9 do sexo feminino e 1 do sexo masculino;

- uma sessão de formação em sala, decorrida em Bragança, para associadas da ARIPESE, contou com a participação de 11 pessoas, 5 do sexo feminino e 6 do sexo masculino.

5 - Conclusões

Da análise dos dados recolhidos no presente relatório, é possível retirar algumas conclusões.

Uma primeira conclusão importante é o alcance, em termos gerais, do compromisso assumido de **cobertura dos objetivos, medidas e ações**:

Na distribuição de ações por objetivo, verificou-se que 20% das ações reportadas correspondem ao objetivo 1 "Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED"; 66% dizem respeito ao objetivo 2 "Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED"; 12% correspondem ao objetivo 3 "Afirmar a importância e promover a transversalização da ED"; e 2% estão implicadas no objetivo 4 dedicado à "Consolidação de recursos adequados à intervenção em ED".

Numa perspetiva comparativa do nível de cobertura dos objetivos, de 2018 para 2019, é possível afirmar que se verificou: i) no objetivo 1, uma diminuição da cobertura, de 102% para 98%; ii); no objetivo 2, um aumento de 193% para 275%; iii) no objetivo 3, uma diminuição de 139% para 122%; iv) e, no objetivo 4, um aumento de 105% para 113%.

No **objetivo 1** pode-se verificar um défice nos níveis de cobertura na maioria das ações previstas. De realçar as ações da medida 1.2, dedicada à "Capacitação de organizações", na qual se verifica um incumprimento em todas as metas assumidas e, sobretudo, a ação 1.1.4, relativa à formação contínua de educadores e educadoras e formadores e formadoras. As ações relativas à formação contínua de docentes (1.1.2), à produção de conteúdos e recursos (1.3.2) e à disseminação destes mesmos conteúdos e recursos (1.3.3) são de salientar pela positiva no que respeita ao número de ações realizadas.

No **objetivo 2**, mantêm-se o realce a algumas ações pelo aspeto positivo: i) a ação 2.1.1, "promoção de projetos e outras iniciativas de integração da ED nos estabelecimentos de educação, ensino e formação" apresentou valores que continuam a ultrapassar de uma forma muito significativa - em 345 - os valores previstos; ii) as ações da medida 2.2, de "Fortalecimento da ED nos contextos de Educação Não Formal" dedicadas à realização de ações de sensibilização, consciencialização e mobilização para a importância da ED, quer por organizações de cúpula (2.2.1), quer por outras organizações (2.2.2); iii) a ação 2.3.2, de promoção de iniciativas de concertação para a melhoria das políticas com membros nacionais dos órgãos políticos europeus"; iv) e a 2.4.2 que se refere a **"**publicação de conteúdos sobre ED em meios de comunicação social internacional, nacional, regional e local,

incluindo nas redes sociais", que apresenta um excedente de 51 ações.

No âmbito do **objetivo 3** é possível constatar o cumprimento de quase todas as ações previstas, salientando-se a sua superação em grande parte dos casos, nomeadamente nas ações dedicadas à articulação nacional e internacional na tomada de decisões (medida 3.3) e na mobilização de recursos adequados à intervenção (medida 3.4). No que respeita ao reconhecimento da ED em "documentos estratégicos e operacionais por parte de entidades públicas e da sociedade civil" (3.1.2) e à reunião prevista com a presença de atores políticos e quadros diretivos das ESPA (3.2.1) é de assinalar o incumprimento dos compromissos assumidos.

O **objetivo 4** diz respeito à criação e manutenção quer do modelo institucional quer do sistema de acompanhamento. Foram cumpridas todas as reuniões previstas para a Comissão de Acompanhamento e para as Entidades Subscritoras do PA da ENED. O sistema de acompanhamento foi criado e iniciou as suas funções. Foi criado e esteve em funcionamento interno, ou seja, acessível a ESPA e suas associadas, a plataforma de recolha e partilha de informações sobre a implementação da ENED, tendo sido realizada a sessão de trabalho colaborativo, de formação, prevista para as ESPA, associadas e parceiras sobre implementação e reporte.

Relativamente às **Medidas Transversais** (MT), realizou-se em 2019, tal como previsto, uma edição das Jornadas de ED (MT2). Estas, subordinadas ao tema "A Educação para o Desenvolvimento nas Escolas", decorreram em Lisboa no dia 18 de maio de 2019, e contaram com a participação de 60 pessoas (45 do sexo feminino e 15 do sexo masculino) às quais foi conferido um certificado de participação. Esta ação, divulgada nos meios de comunicação digital, teve uma duração de 7 horas e foi organizada de forma colaborativa entre várias ESPA ou associadas das mesmas.

No que respeita à análise dos dados de cada objetivo aferindo os **indicadores gerais** que se encontram no Plano de Ação e os **indicadores específicos** para cada medida ou ação apresentados no documento "Notas Explicativas" que acompanha a ENED 2018-2022 e o seu Plano de Ação e que respondem às dimensões identificadas anteriormente – participação; territorial/geográfica; institucional; sexo; setor de atividade; temporal; disseminação e tipologia das ações - podem retirar-se as principais conclusões para cada um dos objetivos:

No **objetivo 1** "Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED" foi reportado um total de 233 ações. Dos dados que foram possíveis apurar, salienta-se:
i) que Lisboa (a larga distância dos outros), a Região Autónoma da Madeira e os distritos de Santarém (já destacado no ano anterior), Beja e Setúbal são as zonas que acusam um maior número de ações desenvolvidas;
ii) que a maioria das ações reportadas dizem respeito a "formação em sala" (que teve um aumento de referências considerável) e de "oficinas/*workshops"*;

iii) que se realizaram 71 ações de formação contínua de docentes, das quais 33 acreditadas;
iv) que a duração das ações foi muito variável – 62 tiveram uma duração igual ou menor a 6 horas, 33 tiveram uma duração compreendida entre 7 a 24 horas, 1 ações são de 25h e 10 tiveram uma duração superior a 25 horas. De salientar o valor expressivo de formações com mais de 50 horas (23);
v) que se verificou um envolvimento de 23 ESPA ou suas associadas na organização de ações neste objetivo, sobretudo ligados aos setores de atividade da educação e do desenvolvimento;
vi) que nas medidas 1.1 e 1.2, de formação de docentes e outros/as formadores/as foi possível apurar a participação de 3636 pessoas (contra 3042 do relatório anterior);
vii) que destas pessoas foram reportados dados sobre a distribuição por sexos de 1501 participantes, com uma clara predominância de elementos do sexo feminino (1208);
viii) que de 41% destes participantes foi possível identificar a tipologia de instituição de origem, tendo estes sido agrupados nas seguintes categorias – agrupamentos de escolas, entidades públicas, ensino superior, câmaras municipais e organizações da sociedade civil – sendo o número de referências decrescente por esta ordem. Cruzando este indicador com o do distrito de origem, volta a surgir Lisboa, muito destacado, seguido da Região Autónoma da Madeira e dos distritos de Faro, Setúbal, Viana do Castelo e Porto;
ix) que na medida 1.3.1, sobre a produção de conteúdos e recursos, foi possível apurar que 51% dos produtos dizem respeito a recursos educativos e 49% a conteúdos;
x) que na "produção de conteúdos científicos sobre ED" (ação 1.3.2), mantém-se o tipo de conteúdo mais produzido, artigos e livros científicos, seguindo-se as teses de doutoramento e dissertações de mestrado defendidas;
xi) que 81% destes conteúdos científicos foram produzidos em coautoria, sendo que destes, 2 foram produzidos entre académicos e 4 entre académicos e não académicos;
xii) que 9 livros e artigos científicos sobre ED foram publicados com revisão por pares;
xiii) que foram disponibilizados e disseminados 24 recursos educativos e conteúdos; 10 artigos e livros científicos; 7dissertações de mestrado/doutoramento e 1 outro conteúdo científico não discriminado;
xiv) que destes 13 foram divulgados através de canais de comunicação social e 36 por canais da comunicação social digital.

Relativamente ao **objetivo 2**, "Alargar o alcance e a qualidade da intervenção em ED", alcançou um reporte de 790 ações, sendo o objetivo que recolheu o maior número de ações. Importa referir que este é o objetivo com maior diversidade de medidas e

de ações, o que origina uma multiplicidade de indicadores gerais e, sobretudo, de indicadores específicos. Dos dados apurados para os indicadores gerais, pode concluir-se:

i) a expressividade das ações reportadas de âmbito nacional bem como das ações referentes ao distrito de Lisboa, fazendo permanecer a centralidade da implementação das ações;

ii) em 295 foi possível verificar, em termos de tipologia, uma grande predominância da categoria "formação em sala", seguida de "oficinas/*workshops"*;

iii) foi possível quantificar a presença de 771.125 participantes (contra 959.603 do ano anterior);

iv) destes, foi possível identificar a distribuição geográfica de 13.839, sendo que 72,8% são provenientes de Lisboa;

v) foi possível identificar 134 participações de residentes em Portugal em iniciativas fora de Portugal, sendo que foi ainda possível determinar a participação em eventos em Portugal por 104 pessoas de outros países, dos continentes africano, americano e europeu;

vi) foi possível recolher dados quanto ao sexo de 24.379 participantes sendo que 62% são do sexo feminino;

vii) de 3799 participantes foi possível identificar que a grande maioria pertence a agrupamentos de escolas (79%).

No que diz respeito aos indicadores específicos, verificou-se:

i) a realização de 13 sessões de divulgação do Referencial de ED, a decorrerem, por ordem crescente, uma sessão em cada um dos distritos de Évora, Faro, Portalegre, Porto e Setúbal; duas sessões em Leiria; três sessões em Lisboa e três em Viana do Castelo;

ii) a presença de 45 ESPA e suas associadas envolvidas na organização das ações dinamizadoras das ações relativas à promoção de projetos e outras iniciativas nos estabelecimentos de educação, ensino e formação e à divulgação do Referencial de ED;

iii) a impossibilidade de identificação de titulares de órgãos de soberania eletivos, do governo, das regiões autónomas e do poder político local e de participantes dos membros nacionais dos órgãos políticos europeus em iniciativas de concertação para a melhoria das políticas;

iv) a dificuldade em especificar a periodicidade em que decorrem estas ações, apresentando estas um caráter pontual e/ou imprevisível;

v) a relevância das entidades ligadas ao Desenvolvimento (ONGD), à Educação e ao Ambiente na dinamização destas ações;

vi) o reporte de 320 conteúdos em meios de comunicação social internacional, nacional, regional e local, 177 publicados em meios de comunicação social convencionais e 143 em redes sociais. Foram ainda identificadas 345 partilhas

digitais;
vii) a falta de elementos para proceder à caraterização da autoria destes conteúdos, com a indicação do sexo masculino de três autores e a filiação institucional de quatro – uma pessoa pertencendo a uma rádio (Antena 1), duas pertencendo a um jornal (Público) e uma pertencendo a uma organização da sociedade civil (ONGD).

Para o **objetivo 3**, dedicado a "Afirmar a importância e promover a transversalização da ED", foram reportadas, como indicado anteriormente, 141 ações. Como principais conclusões podem destacar-se:
i) foram identificadas as entidades que reconhecem formalmente a ED, sendo que 16 são as próprias ESPA, 23 são municípios, sendo que 21 estão ligados à Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento (RICD), 13 são organizações da sociedade civil e 1 está ligada ao ensino superior;
ii) a grande maioria destas instituições concentra-se em Lisboa;
iii) este reconhecimento foi feito através do protocolo assinado pelas ESPA para implementação do Plano de Ação da ENED 2018-2022, em 20 documentos de projetos nacionais ou internacionais e em estatutos de 11 municípios pertencentes à RICD;
iv) nas medidas dedicadas à articulação nacional e internacional na tomada de decisões, identificou-se a participação de 294 pessoas (contra 600 identificadas em 2018);
v) 14 dos e das participantes provêm de instituições nacionais e 108 de instituições internacionais;
vi) foram realizadas 7 reuniões com a participação de representantes portugueses nos âmbitos da Comissão Europeia, da cooperação ibero-americana, do *HUB4* da CONCORD e do GENE, reportadas pela Comissão de Acompanhamento ou pelos seus membros (CIDAC e Plataforma das ONGD);
vii) foram elaborados 10 documentos relacionados com a participação de Portugal em âmbitos internacionais relevantes, nomeadamente 6 relatórios, 1 programa ibero-americano em Cidadania Global e 3 contributos portugueses para documentos internacionais;
viii) foram reportados como recursos afetos expressamente à ED 2 instrumentos financeiros pelo CICL e 8 programas, 16 projetos e uma outra ação financiados por estes instrumentos;
ix) contabilizam-se ainda 41 ESPA e suas associadas com recursos afetos expressamente à ED, ou seja, todas as entidades que reportaram para o presente relatório;
x) foi reportado pelo um dispositivo financeiro não afeto expressamente à ED, que apoiou 7 projetos.

O **objetivo 4** pretende "Consolidar a implementação da ENED" e tinha previstas, para o ano de 2019, 23 ações, tendo sido realizadas 26, das quais se realça:
i) 16 reuniões e/ou sessões da CA e das ESPA, uma a mais do que o previsto, com vista ao trabalho colaborativo em matéria da ENED 2018-2022;
ii) em dois dos três encontros das ESPA foi apresentada informação-síntese relevante sobre a execução da ENED;
iii) nas 13 sessões de trabalho da CA, participaram os representantes das 4 ESPA que a constituem (CICL; DGE; PPONGD; CIDAC);
iv) nas 3 sessões de trabalho colaborativo do grupo de ESPA contaram-se 499 presenças no total, de 26 pessoas diferentes, dos quais 20 são do sexo feminino e 6 do sexo masculino. Relativamente à proveniência geográfica destes e destas participantes foi possível verificar que 21 (80,8%) chegam de Lisboa, 2 deslocam-se de Bragança, 1 provém de Beja, 1 do Porto e 1 de Viana do Castelo;
v) foi realizada uma ação de capacitação das ESPA, da responsabilidade da CIG e da PpDM, em duas sessões, nas quais participaram 34 pessoas (84% mulheres e 16% homens) provenientes do CICL, da PPPONGD, do ACM e do CNJ;
vi) no que respeita ao sistema de acompanhamento foi criado um secretariado de apoio à CA e ao grupo das ESPA e procedeu-se à elaboração e do presente relatório de acompanhamento que respeita ao ano 2019;
vii) foi criada a plataforma de recolha e partilha de informação sobre a implementação da ENED, como previsto;
viii) para cumprimento da ação 4.2.3, realizaram-se três sessões de trabalho colaborativo, de formação em sala, mais duas do que o previsto, para as ESPA, as associadas da PPONGD e as associadas da ARIPESE, sobre implementação e reporte da implementação da ENED.

À semelhança do ano 2018, realizou-se um exercício de súmula dos dados dos quatro objetivos do Plano de Ação, analisando os diversos indicadores que respondem às diferentes dimensões estabelecidas. Poderemos apresentar os seguintes resultados para 2019:

No âmbito da **dimensão da participação**, foi possível contabilizar um total de 775.140 participantes e verificar que o maior número de participações advém, à semelhança de 2018, do objetivo 2 "Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED", causas facilmente justificadas pelas informações supracitadas.

Relativamente à **dimensão do sexo** dos e das participantes é de salientar que não foi possível recolher dados com relevância estatística, à semelhança do sucedido em 2018. Do número de participantes identificados acima, apenas foi possível identificar o sexo de 3%. Destes, e tendo por base os dados que foram possíveis recolher ao longo dos 4 objetivos, é possível verificar uma predominância significativa do sexo feminino (16.420 participantes) face ao sexo masculino (9.630 participantes).

Foi ainda possível, enquadrado na **dimensão institucional**, apurar a filiação institucional de alguns e algumas participantes. Com base na recolha de dados, apurou-se que nos primeiros dois objetivos do PA, a maioria dos e das participantes provinham de 3 grandes grupos, a saber, por ordem decrescente: agrupamentos de escolas, ensino superior e entidades públicas. Relativamente ao último objetivo foi possível identificar participantes com vínculo às ESPA. No entanto, estes dados devem ser lidos com muita cautela e sem representação estatística face ao número total de participantes uma vez que correspondem a uma reduzida percentagem do número de participantes identificados no total.

Ainda na **dimensão institucional**, identificou-se um total de 216 entidades - ESPA e suas associadas ou parceiras - envolvidas na organização de 516 ações. Foi possível identificar: 54 entidades ligadas ao setor da educação (a título de exemplo registaram-se, com um número expressivo, Agrupamentos de Escolas, Centros de Formação, Escolas Básicas e Secundárias e Institutos de Ensino Superior); 47 entidades públicas (a título de exemplo identificaram-se 25 Câmaras Municipais, 3 Direções-Gerais; 2 Direções-Regionais; 2 Ministérios, 1 Secretaria de Estado); 35 Organizações da Sociedade Civil (entre as quais ONG, ONGD, Associações, Fundações); 32 entidades internacionais de 23 países distintos; e ainda 8 empresas privadas de diversas áreas.

No que respeita à caracterização das ações, é possível fazer-se uma cobertura **territorial/geográfica** da implementação das mesmas. De uma forma geral, confirma-se que a distribuição das ações se encontra muito relacionada com a existência de atores na mesma região, com preponderância absoluta, à semelhança de 2018, do distrito de Lisboa, logo de seguida as ações reportadas na categoria "nacional". De salientar, no entanto, que as ações reportadas alcançaram as duas regiões autónomas portuguesas e todos os distritos continentais à exceção de Castelo Branco. Nos dados reportados pelas ESE observa-se uma distribuição geográfica mais equilibrada, à semelhança de 2018, o que facilmente se justifica pela distribuição geográfica no território nacional das Escolas Superiores de Educação.

Foi ainda possível averiguar, através dos dados reportados apenas nos dois primeiros objetivos, as **tipologias de ações** mais desenvolvidas, a saber por ordem decrescente: oficinas/workshops; formações em sala; cursos e campanhas/ações de sensibilização.

É ainda possível traçar uma visão geral da **disseminação** das ações desenvolvidas nos dois primeiros objetivos do PA. Assim importa referir que 190 conteúdos sobre ED foram divulgados através de canais de comunicação social convencional, 143 através de redes sociais e registaram-se ainda 378 partilhas digitais. Todas estas

disseminações envolveram diretamente profissionais de meios de comunicação social.

Em último lugar, referem-se os **setores de atividades** mais comuns das entidades organizadoras das ações vinculadas à ENED 2018-2022. Apesar de apenas podermos verificar tendências, dado o número reduzido de dados recolhidos nos dois primeiros objetivos, verificamos as seguintes posições apresentadas por ordem crescente: setor do Desenvolvimento; setor da Educação; setor do Ambiente, setor das Migrações e setor do Género. À semelhança de 2018, os setores de atividades mais expressivos são o setor do Desenvolvimento e da Educação.

Finalmente, importa salientar que:

- apesar de alguma diminuição no número de ações reportadas, este reporte de ações contou com a participação de um maior número de entidades;

- na maioria dos casos, a qualidade do reporte foi mais apurada, sendo possível recolher dados mais específicos como, por exemplo, o número de participantes, o seu sexo, origem geográfica e filiação institucional.

Fica, mais uma vez, uma nota de agradecimento pela participação de todas as entidades que se dispuseram a contribuir para a elaboração do presente relatório.

6 – ANEXOS

Anexo 1 - Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão

Anexo 2 - Termos de Referência do Relatório de Acompanhamento da ENED

Anexo 3 - Apresentação dos projetos de ED reportados

Anexo 4 - Dados relativos aos projetos aprovados na fase de candidatura de 2018, na linha de financiamento do CICL para projetos de ED

○ Anexo 1

Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão

Entidades Subscritoras do Plano de Ação (ESPA)

Comissão de Acompanhamento	2018	2019
1. Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP	X	X
2. CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Reporta enquanto ONGD[41]	Reporta enquanto ONGD[41]
3. Direção-Geral da Educação	X	X
4. Plataforma Portuguesa das ONGD	X	X
5. Comissão de Acompanhamento	X	X
Nº ESPA que responderam	**4**	**4**

Instituições Públicas	2018	2019
1. APA – Agência Portuguesa do Ambiente	X	X
2. ACM – Alto Comissariado para as Migrações	*	X
3. CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género	X	X
4. Comissão Nacional da UNESCO	*	X
5. Instituto Português do Desporto e da Juventude	*	*
Organizações da Sociedade Civil	**2018**	**2019**
6. ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local	*	X
7. APEDI – Associação de Professores para a Educação Intercultural	*	X
8. ARIPESE - Associação de Reflexão e Intervenção Educativa na Política das ESE	*	X
9. CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (Delegou na ASPEA)	X	X
10. CNJ - Conselho Nacional da Juventude	X	X
11. Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento - Associação de Municípios	X	X
12. PpDM - Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres	*	X
Nº ESPA que responderam	**12**	**12**

[41] O CIDAC, apesar de ser um dos elementos da Comissão de Acompanhamento e de ser uma instituição subscritora da ENED, aparece listada como ONGD e os seus dados são tratados nessa qualidade, daí o desfasamento dos números totais.

Associadas de Entidades Subscritoras do Plano de Ação (ESPA)

Escolas Superiores de Educação associadas da ARIPESE	2018	2019
1. Instituto Politécnico de Beja	X	X
2. Instituto Politécnico de Bragança	X	X
3. Instituto Politécnico de Castelo Branco	X	X
4. Instituto Politécnico de Coimbra	--	--
5. Instituto Politécnico de Leiria	--	X
6. Instituto Politécnico de Lisboa	--	--
7. Instituto Politécnico de Portalegre	X	X
8. Instituto Politécnico do Porto	--	X
9. Instituto Politécnico de Santarém	--	X
10. Instituto Politécnico de Setúbal	X	X
11. Instituto Politécnico de Viana do Castelo	X	X
12. Universidade do Algarve	--	--
Nº ESE que responderam	**6**	**9**

ONGD associadas da PPONGD	2018	2019
1. ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos	--	X
2. ADRA - Associação Adventista para o Desenvol., Recursos e Assistência	X	--
3. AIDGLOBAL – Acção e Integração para o Desenvolvimento Global	X	X
4. AMI - Assistência Médica Internacional	X	X
5. AMU - Cooperação e Solidariedade Lusófona por um Mundo Unido	X	X
6. APDES - Agência Piaget para o Desenvolvimento	--	--
7. APF - Associação para o Planeamento da Família	--	--
8. APOIAR - Associação Portuguesa de Apoio a África	--	--
9. Cáritas Portuguesa	X	X
10. CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	X	X
11. Conceitos do Mundo	--	--
12. CPR - Conselho Português para os Refugiados	--	--
13. Equipa d'África (Associação)	--	--
14. FEC - Fundação Fé e Cooperação	X	X
15. Fundação Bomfim	--	--
16. Fundação Champagnat	--	--
17. Fundação Cidade de Lisboa	X	X
18. Fundação Gonçalo da Silveira	X	X
19. G.A.S. Porto - Grupo de Acção Social do Porto	X	X
20. Girl Move Portugal	--	--
21. HELPO	--	--

22. IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	X	X
23. IPAV - Instituto Padre António Vieira	--	X
24. Meninos do Mundo	--	--
25. MONTE - Desenvolvimento Alentejo Central – ACE	--	X
26. Mundo a Sorrir - Associação de Médicos Dentistas Solidários	X	--
27. OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento	--	X
28. PAR - Respostas Sociais	X	X
29. Rosto Solidário - Associação de Desenvolvimento Social e Humano	X	X
30. Sapana	X	--
31. Saúde em Português	--	--
32. SOLSEF - Sol sem Fronteiras	X	X
33. URBÁFRICA/UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa	X	X
34. VIDA - Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano	X	X
35. WACT – We are changing together	X	X
Nº ONGD que responderam	**19**	**20**

Legenda:

* – a ESPA não tinha compromissos assumidos para o ano em questão

-- – a entidade não respondeu ao contacto

X – a entidade respondeu que não foram realizadas atividades

X – a entidade reportou os dados das suas atividades

○ Anexo 2

Termos de Referência do Relatório de Acompanhamento da ENED

1. Enquadramento

A 26 de novembro de 2009, foi publicado em Diário da República o documento de orientação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED 2010-2015), aprovado através de despacho conjunto do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e do Secretário de Estado Adjunto e da Educação. Esta estratégia foi o documento-chave que orientou a ação em ED, em Portugal nos últimos anos.

Entre 2010 e 2015, extensível a 2017, esteve em funcionamento o dispositivo de planeamento, acompanhamento e avaliação da ENED 2010-2015, muito louvado quer a nível nacional quer a nível internacional, que permitiu monitorizar a execução da ENED em Portugal. Dele resultou a elaboração de 7 Relatórios de Acompanhamento da ENED, a realização de um *Peer-Review* ao estado da arte da Educação para o Desenvolvimento (ED)/Educação Global em Portugal liderado pela *Global Education Network Europe* (GENE) e a concretização de uma Avaliação Externa da ENED que originou um Relatório Final.

Durante o ano de 2017, e no seguimento da Avaliação da ENED 2010-2015, decorreu o processo de elaboração do novo documento enquadrador da ED em Portugal, consubstanciado através de quatro oficinas, nas quais participaram organizações da sociedade civil e entidades públicas, para dar forma àquele que é o novo documento enquadrador da ED em Portugal. Surge, então, o novo documento de orientação, a ENED 2018-2022 e o seu Plano de Ação. Este último compreende 46 ações cujo seguimento incumbe a uma Comissão de Acompanhamento (CA) composta por 4 das 16 Entidades Subscritoras do Plano de Ação (ESPA), a saber: o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, a Direção-Geral da Educação (DGE), a Plataforma Portuguesa das ONGD e o CIDAC, como membro representante do GENE.

Nestas ações estão diretamente envolvidas as seguintes Instituições Públicas: Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Alto comissariado para as Migrações (ACM), Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, Comissão Nacional da UNESCO, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), Direção-Geral da Educação, Instituto Português do Desporto e da Juventude e a Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento – Associação de Municípios (RICD); e as seguintes Organizações da Sociedade Civil: Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação (ARIPESE) e suas associadas, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (ANIMAR), Associação de Professores para a Educação Intercultural (APEDI), CIDAC – Centro

de Informação e Documentação Amílcar Cabral, Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA), Conselho Nacional da Juventude, a Plataforma Portuguesa das ONGD e suas associadas e a Plataforma Portuguesa dos Direitos das Mulheres. Serão ainda envolvidas outras instituições de ensino superior.

Fazem parte destas ações, nomeadamente das Medidas 4.1 e 4.2, a criação de um "Modelo institucional" e de um "Sistema de Acompanhamento". A elaboração de Relatórios anuais de Acompanhamento ao PA da ENED, aos quais se referem os presentes Termos de Referência enquadram-se nestas medidas.

2. **Objetivos**

O principal objetivo do presente relatório é o de monitorizar a execução da ENED, vigente entre 2018-2022 em Portugal, no ano de 2019.

Este objetivo geral desdobra-se em diversos objetivos específicos:

- identificar as ações que estão a ser cobertas e as que não estão a ser cobertas pelas atividades em curso;
- reconhecer os principais atores que intervêm na área de ED em Portugal;
- identificar e caracterizar a dimensão das principais participações nas ações, nomeadamente quanto ao sexo;
- identificar as principais áreas geográficas onde se implementam as ações;
- identificar e caraterizar a dimensão institucional das principais ações;
- identificar os principais setores de atividades dos atores intervenientes;
- identificar as principais dimensões temporais das atividades em curso;
- identificar a dimensão da disseminação de recursos e conteúdos na área de ED;
- identificar as principais tipologias das ações;
- permitir obter uma perspetiva evolutiva da implementação da ENED 2018-2022 face aos seus anos subsequentes de implementação;
- refletir criticamente sobre os resultados, permitindo formular conclusões e recomendações.

Para além destes objetivos específicos que se pretendem alcançar, também se considera que o relatório anual é um passo importante para analisar o processo de planeamento, acompanhamento e monitorização da execução da ENED.

3. **Metodologia**

Os relatórios anuais são elaborados com base na recolha de informação conseguida junto da Comissão de Acompanhamento da ENED, junto das instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED e suas associadas.

Esta recolha de dados é realizada tendo por base o dispositivo de acompanhamento e avaliação elaborado para o efeito. A metodologia de recolha de dados do presente relatório procedeu-se através de um instrumento conceptualizado, elaborado e implementado de origem conforme as especificidades da ENED 2018-2022 e o seu Plano de Ação. Este instrumento de reporte de dados aloja-se na área reservada que por sua vez se integra na estrutura do *website* desenvolvido com o propósito de disseminar informação relativa à ED em Portugal.

Os contactos são feitos através do correio eletrónico e por via telefónica, após indicação da Comissão de Acompanhamento.

Os dados recolhidos são tratados estatisticamente de acordo com as linhas de análise definidas pela equipa de avaliação, em conjunto com a Comissão de Acompanhamento.

As sucessivas versões provisórias do relatório devem ser validadas pela Comissão de Acompanhamento e, posteriormente, pelas demais entidades subscritoras do Plano de Ação e por outros intervenientes na recolha de dados.

4. **Conteúdo**

O relatório anual tem a seguinte estrutura:

- Sumário Executivo – apresentação do enquadramento da elaboração do relatório; apresentação das entidades responsáveis pelo relatório e pela sua execução;

- Objetivos do relatório – apresentação dos objetivos do relatório;

- Metodologia – apresentação do processo de recolha dos dados; justificação das opções tomadas e das limitações do relatório;

- Cobertura dos objetivos, medidas e ações – apresentação do número de ações implementadas, para perceção do nível de cobertura da ENED; é ainda essencial ensaiar explicações para as ações inteiramente não cobertas; analisa-se ainda a caracterização das ações quanto à sua integração ou não em projeto;

- Apresentação de dados por objetivo e por dimensão – análise dos dados segundo as dimensões pré-definidas e os seus indicadores específicos – participação; territorial/geográfica; institucional; sexo; setor de atividade; temporal; disseminação e tipologia das ações;

- Conclusões – apresentação das conclusões agrupadas por objetivo; são tidas em conta a existência de efeitos indiretos e as aprendizagens com os processos;

- Anexos – apresentação dos quadros de recolha de dados e de outros documentos importantes; os presentes Termos de Referência também constam dos mesmos anexos.

5. **Resultados esperados e cronograma**

O cronograma será o seguinte:

- Recolha dos dados junto às instituições dinamizadoras de atividades da ENED, referidas anteriormente – durante todo o ano e até fevereiro do ano seguinte ao qual o relatório se refere;

- Tratamento de dados e elaboração dos gráficos – março e abril do ano seguinte ao qual o relatório se refere;

- Análise de dados e redação do Relatório de Acompanhamento ENED – maio e junho do ano seguinte ao qual o relatório se refere;

- Envio da primeira versão do relatório para aprovação pela Comissão de Acompanhamento – final de junho do ano seguinte ao qual o relatório se refere.

6. **Responsável pela redação**

A redação do relatório está a cargo do Secretariado constituído no âmbito do contrato-programa *"Apoio ao planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022 e capacitação das entidades subscritoras do respetivo Plano de Ação e das instituições de ensino superior envolvidas na sua implementação",* celebrado entre o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua e o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, entre dezembro de 2018 e dezembro de 2023. Este contrato-programa envolve ainda o Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento (GEED) da Escola Superior de Educação (ESE) do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC).

7. **Responsável pela aprovação e divulgação**

A aprovação e divulgação do relatório são da competência da Comissão de Acompanhamento da ENED, constituída pelo CICL, pela DGE, pela Plataforma Portuguesa das ONGD e pelo CIDAC.

○ Anexo 3

Projetos de ED reportados

Entidade	Projeto de Educação para o Desenvolvimento
ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos	As ONG no Desenvolvimento e na Cidadania
AIDGLOBAL - Ação e Integração para o Desenvolvimento Global (ONGD)	Conectando Mundos
	Educar para Cooperar
	Educar para Cooperar - Porto Santo e Madeira
	Walk to Walk the (Global) Walk: Mobilizar os jovens europeus em torno dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural	Sentidos Interculturais
Cáritas Portuguesa	MIND - Migrações e Desenvolvimento
Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P	Programa da Comissão Europeia de Apoio ao GENE 2019-2021
	Programa GENE 2019-2021
	Programa Iberoamericano de Cidadania Global
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	A escola, ser vivo dentro de um ecossistema: da alimentação à utilização dos recursos naturais
	Paz e Cidadania Global – Povos, Culturas e Pontes
	O Referencial de Educação para o Desenvolvimento na Formação Inicial de Educadores/as e Professores/as
	Jovens Embaixadores do Comércio Justo
CNU - Comissão Nacional da UNESCO	Educar sobre o Holocausto e prevenção do genocídio – guia de políticas
	Rede das escolas associadas da UNESCO
Direção-Geral da Educação	Plano de Ação de Educação para o Desenvolvimento - Desenvolvimento Sustentável 2019
	Programa de formação da DGE
Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Portalegre	Os média e a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento: a cobertura jornalística da ação de uma ONG
Escola Superior de Educação de Beja	Escolas Transformadoras (participação)
Escola Superior de Educação de Bragança	EDproFuturo
Escola Superior de Educação de Santarém	Escolas Transformadoras (participação)
Escola Superior de Educação de Viana do Castelo	Escolas Transformadoras (participação)
	Get up and Goals! Global Education Time
FEC - Fundação Fé e Cooperação	Europa + Justa
	Juntos pela Mudança II
	Global Steps

	Pelotão 2030
	Terra dos Direitos
	Voluntariado Missionário
FGS - Fundação Gonçalo da Silveira	Alternativas - Experiências Locais para uma Transformação Global
	Escolas Transformadoras: Contributos para uma mudança social a partir da Educação para o Desenvolvimento e para a Cidadania Global na Escola
	EDxperimentar: Laboratórios de Cidadania Global & Desenvolvimento em meio escolar
	Sinergias ED: consolidar o diálogo entre investigação e ação em Educação para o Desenvolvimento em Portugal
	Educação para a Cidadania
	Rede de Educação para a Cidadania Global
OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento	Kits ODS - Transformando o mundo
PAR - Respostas Sociais	Geração ODS
Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento	Projeto Europa no Mundo - Make Europe Sustainable for All
RICD - Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento - Associação de Municípios	Formação ODS e Intercâmbio de experiências
URB-África – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento Urbano / UCCLA União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa	A SUL, rede educativa
	Pipa, cafifa, papagaio de papel

○ Anexo 4

Dados relativos aos projetos aprovados na fase de candidatura de 2019, na linha de financiamento do CICL para projetos de ED

ONGD	Projeto de Educação para o Desenvolvimento
ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos	As ONG no desenvolvimento e na cidadania
AIDGLOBAL - Ação e Integração para o Desenvolvimento Global	Educar para Cooperar – Porto Santo e Madeira
	Walk The (Global) Walk
AMI - Assistência Médica Internacional	There isn't a PLANet B! Win-win strategies and small actions for big impacts on climate change
Associação Renovar a Mouraria	Desafios para a Cidadania Global: As Migrações como pilar para a construção de sociedades mais justas, pacíficas, tolerantes e inclusivas
CEAUP - Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto	Sinergias ED: consolidar o diálogo entre investigação e ação na Educação para o Desenvolvimento em Portugal
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Jovens Embaixadores do Comércio Justo: alargando horizontes
	A escola, ser vivo dentro de um ecossistema: da alimentação à utilização dos recursos naturais
FEC - Fundação Fé e Cooperação	Terra dos Direitos - Por um Mundo com Direitos
	Juntos pela Mudança II - Ação conjunta pela sustentabilidade e resiliência nos estilos de vida e políticas nacionais e globais
FGS - Fundação Gonçalo da Silveira	Escolas Transformadoras: Contributos para uma mudança social a partir da Educação para o Desenvolvimento e para a Cidadania Global na Escola
	EDxperimentar: Laboratórios de Cidadania Global e Desenvolvimento em Meio Escolar
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Rumo a 2030: Campanha para a Promoção dos ODS e da ED e Cidadania Global
OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento	Cidadãos pela Justiça Financeira - Apoiar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) através da mobilização dos cidadãos da UE para apoiar o financiamento eficaz do desenvolvimento
	A quem comprar? – O papel dos consumidores na promoção do desenvolvimento económico e social nos países em desenvolvimento
PAR - Respostas Sociais	Geração ODS